

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

THAÍS BERTOZZI BINI

OPERAÇÃO CONDOR: A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA

DOURADOS 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

THAÍS BERTOZZI BINI

OPERAÇÃO CONDOR: A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado a Banca Examinadora da Faculdade de Direito e Relações Internacionais da UFGD, para a obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do professor Hermes Moreira Junior.

DOURADOS 2015

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela vida e por todas as oportunidades e graças alcançadas ao longo dos meus 23 anos.

Agradeço também a minha família por tudo que sou hoje. A minha mãe Marli, por ser o maior exemplo de ser humano que eu conheci em toda a minha vida, por toda sua bondade e amor, por sempre dedicar-se de corpo e alma a nossa família. Ao meu pai, Amauri, o meu exemplo de homem, por ter me ensinado a ser uma pessoa de bem, a ter caráter e por nunca ter medido esforços para realizar meus desejos, além disso, por abrir mão dos próprios sonhos para que eu e meu irmão pudéssemos viver os nossos. E por ultimo, e não menos importante, ao meu irmão, Amauri Júnior, por ter me protegido e cuidado de mim desde o dia em que vim ao mundo, por me aconselhar, puxar minha orelha e por ser esse exemplo de irmão mais velho. A vocês três, toda a minha gratidão, o meu respeito e eterno amor.

Agradeço a todo o corpo docente e técnico da Universidade Federal da Grande Dourados, em especial ao Prof. Dr. Tomaz Espósito Neto, por ter despertado em mim, por meio de suas admiráveis aulas, o anseio de estudar tal tema. E ao Prof. Hermes Moreira Júnior, por ter me acolhido nessa reta final, por ter se mostrado um grande amigo, e é claro, pelas boas e proveitosas conversas que tivemos nesses últimos meses.

Agradeço também a toda a equipe do Escritório de Assuntos Internacionais da UFGD, por terem dividido comigo, durante meus dois anos como estagiária, muita aprendizagem e amizade. Agradeço também a toda equipe da ÌNTERI JR., por terem me ensinado muito mais do que conhecimentos práticos, mas o prezar do verdadeiro trabalho em grupo.

Aos membros do meu “tripé”, Rafael Alexandre e Raphael Miyoshi, por terem sido a minha base durante esses quatro anos longe de casa, por me mostrarem o real sentido da palavra irmandade, por estarem sempre prontos a me ajudar e cuidar de mim. Eu não teria conseguido sem vocês. Tenham certeza que o meu amor e gratidão por vocês é eterno.

A minha tão amada irmãzinha de coração Carla Vrech, por ter me mostrado, desde o início da graduação, o que é ser uma pessoa determinada e batalhadora, por ter me

acompanhado e me apoiado sempre, por puxar minha orelha e me aconselhar. Meu eterno amor e gratidão.

A Katuicy Mendes, por ter me acompanhado desde o dia em que chegamos na cidade de Dourados até o seu último dia aqui. Por ter dividido comigo muito mais que quatro anos de aluguel, e sim quatro anos de companheirismo e amizade. Agradeço também minha amiga/companheira de casa, Larissa Sangalli, pelas longas conversas e risadas, por ter se mostrado amiga e companheira, dividindo comigo longas tardes de domingo ao som de Los Hermanos.

Aos meus calouros preferidos, Oliver Gregory e Diego Ferreira, pelas ótimas conversas, pelos prazerosos shows de rock e por conseguirem, sem muito esforço, me proporcionar momentos memoráveis.

Aos demais membros do “Bonde dos Brutos”, Thiago Bernardo, Milton Vesdel, Vitor Ortiz, Luan Macena, Vinícius Tijolin, Juliano Gatti, Thaís Suemi, Samara Sartor, Thaysa Zeni e Letícia Steluti, por toda a parceria e amizade durante esses quatro anos, por terem sido a minha segunda família.

A todos os meus amigos de Birigui, em especial a Viviane Thaís Dias, minha amiga-irmã, por toda parceria e cumplicidade, por ter me encorajado todas as vezes que pensei em desistir.

RESUMO: O desenrolar do confronto ideológico entre os Estados Unidos e a União Soviética, denominado Guerra Fria, refletiu nos países do Cone Sul por meio do financiamento norte-americano da ditadura militar nesses países, durante as décadas de 60 e 70. Além da imposição desses regimes, tal conflito ideológico floresceu o sentimento anticomunista no Cone Sul. Foi por meio dos regimes militares somados a esse sentimento anticomunista que se formou entre Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai a aliança repressiva denominada Operação Condor (1975). A participação brasileira nessa Operação se deu de forma cautelosa, diferente da atuação dos outros países, isso porque o Brasil vivenciava um período de redemocratização, além de ter controlado os dissidentes internos desde o início do Regime Militar (1964). Desse modo, é utilizado o caso do sequestro dos uruguaios para comprovar a participação brasileira na Operação Condor.

Palavras-Chave: 1- Guerra Fria 2- Ditadura Militar 3- Brasil 4- Operação Condor

ABSTRACT: The course of the ideological confront between the United States and the Soviet Union, known as Cold War, reflected in the Southern Cone countries by the US funding military dictatorships in these countries during the sixties and seventies. In addition to the imposition of such regimes in such ideological conflict blossomed an anticommunist feeling in the Southern Cone. It was through the military regimes added to that anticommunist feeling that the repressive alliance known as Operation Condor (1975) took place among Argentina, Bolivia, Brazil, Paraguay and Uruguay. The Brazilian participation in this operation happened cautiously, different from the actions of other countries, due to the fact that Brazil was experiencing a period of democratization, and had controlled the internal dissent since the beginning of the military regime (1964). Thus, we use the case of the Uruguayans' kidnap to prove the Brazilian participation in Operation Condor.

Keywords: 1- Cold War 2-Military Dictatorship 3 - Brazil 4 - Operation Condor

Sumário

INTRODUÇÃO.....	7
CAPITULO I - Contextualização histórica.	9
2.1 O Final da II Guerra Mundial e as Grandes Conferências.....	9
2.2 O começo da Guerra Fria (1945-1947).....	12
2.3 A Guerra Fria.....	15
2.3.1 A fase Quente (1947-1955).....	15
2.3.1 A coexistência pacífica (1955-1968).	20
2.3.2 A <i>détente</i> (1969-1979).	23
2.3.4 Fase Final (1979 – 1991).....	26
2.3 Reflexos da Guerra Fria na América do Sul:.....	28
Capítulo 2 – A Operação Condor	30
2.1 O surgimento da Operação Condor	30
2.2 Representantes dos países.	Erro! Indicador não definido.
2.3 Fase I da Operação Condor.....	32
2.4 Fase II da Operação Condor: Ações Regionais.	35
2.5 Fase III da Operação Condor: Ações Globais.....	37
2.5.1 Assassinato de Orlando Letelier.	39
Capítulo III – Atuação brasileira na Operação Condor.	39
3.1 Política externa brasileira: construção do cenário para a Operação Condor.....	40
3.1.1 Meios utilizados para o controle dos dissidentes brasileiros.....	Erro! Indicador não definido.
3.1.2 Governo de Ernesto Geisel (1974-1979).....	45
3.2 Brasil na Operação Condor.	47
2.3.1 O sequestro, em território brasileiro, dos uruguaios Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	56

INTRODUÇÃO

Entre 1947 e 1989, a Guerra Fria, reconhecida enquanto uma disputa político-ideológica entre a URSS, com seu modelo socialista, e Estados Unidos da América, com seu modelo liberal-capitalista, marcou a história das relações internacionais. Ambas as superpotências se digladiavam por expandir a sua esfera de influência em todo mundo.

Na América Latina, não foi diferente. Após a Revolução Cubana (1959)¹, os Estados Unidos passaram a apoiar, diretamente e indiretamente, golpes militares para manter a sua esfera de influência nos países do continente. Entre a década de 60 e 70, foram realizados no Paraguai (1963), no Brasil (1964), na Bolívia (1964), na Argentina (1966), no Chile (1973) e no Uruguai (1973) golpes militares contra Chefes de Estado, eleitos democraticamente, de viés esquerdista. Quiçá, o caso mais emblemático é o caso do golpe contra o Salvador Allende, no Chile, em 1973.

Paralelamente ao apoio norte-americano, as elites golpistas começaram a cercear os direitos individuais, como a liberdade de expressão, e a perseguir quaisquer opositores sob a justificativa de combater a subversão de ordem comunista e os “inimigos” do Estado, o que iniciou um capítulo triste da história da América Latina.

Nos países do Cone Sul não foi diferente. Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai iniciaram um programa de cooperação para troca de informações e para a perseguição de opositores dos regimes, que foi denominada de Operação Condor (1975-1980).

O início da Operação ocorreu, em fins de 1975, durante uma reunião secreta, em Santiago do Chile, a qual foi convocada pelo ditador do Chile, Augusto Pinochet Ugarte. Além dos delegados chilenos, estiveram presentes representantes dos governos da Argentina, Bolívia, Brasil, Uruguai e Paraguai. Nessa reunião foi acertada uma série de medidas, como a troca de informações e de prisioneiros, no sentido de aprimorar a perseguição aos dissidentes políticos, em especial os vinculados aos movimentos de esquerda.

A partir de então, as perseguições e as prisões de membros “subversivos” passaram a não respeitar fronteiras, isto é, qualquer suspeito de ser “pró-comunista” poderia ser

¹ Em 1959, o revolucionário Fidel Castro toma Cuba com o auxílio dos revolucionários cubanos, derrubando o governo do então ditador Fulgencio Batista que tinha sido eleito por meio de votações e era apoiado pelos Estados Unidos. Após o golpe, os norte-americanos rompem relações com Cuba, e Fidel, que já compartilhava dos ideais socialistas, passou a estabelecer relações com a União Soviética. Tal fato fez com que os Estados Unidos ficassem atentos aos demais países da América do Sul, para que o mesmo golpe de caráter socialista não ocorresse nos demais países.

preso em qualquer território dos Estados do Cone Sul, independente da sua nacionalidade e de ter cometido algum ato ilícito no país. Muitas vezes, acabando, por isso, sendo processado, torturado e morto em território estrangeiro.

Segundo Dinges (2005), a Operação foi dividida em três fases²: a primeira abordava a troca de informações referentes aos “subversivos” entre os países participantes da Operação; a segunda consistia na ação contra possíveis membros “subversivos” em cada país participante; e a terceira consistia na ação contra os “subversivos” em plano internacional.

Com o objetivo de comprovar a participação brasileira na Operação Condor, o presente trabalho utilizou-se da análise do caso de perseguição da uruguaia Lilián Celiberti, de seus dois filhos Camilo e Francesca e do estudante e amigo da professora, Universindo Rodríguez Díaz, na cidade de Porto Alegre, no ano de 1978. A escolha do caso se justifica, porque “[...] a ação se transformou em um dos maiores fracassos da história das conexões repressivas da região” (PADRÓS, 2009:72) e, devido a tal fracasso que segundo Padrós (2009) a conexão repressiva tornou-se pública, e “pela primeira vez, o método do Condor era revelado” (PADRÓS, 2009:76).

Apesar do Brasil não assinar formalmente o acordo de criação da Operação Condor, as autoridades brasileiras cooperaram com os representantes dos demais Estados, isto é, participaram diretamente da rede internacional de repressão nas duas primeiras fases. Para tanto, as autoridades brasileiras compartilharam informações, treinaram os agentes da repressão dos outros países, perseguiram opositores em território nacional, entre outros. Entretanto, apesar do trabalho já desenvolvido por agentes brasileiros, sua atuação entra em crise quando durante a terceira fase, que visava atingir países fora do Cone Sul, o Brasil discorda dessa expansão. Ademais, o país vivia um momento de redemocratização com uma abertura política “lenta, gradual e segura”. Quando o Palácio do Planalto visou criar as condições para uma transição negociada do regime a fim de evitar um possível “revanchismo”.

Utilizando-se do método histórico-descritivo, este trabalho foi elaborado com base em uma bibliografia selecionada e documentos oficiais, como o Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Faz-se a ressalva que muito dos materiais dos arquivos são considerados classificados, isto é fechados à consulta pública.

² De acordo com todas as bibliografias consultadas, as três divisões da Operação Condor foram chamadas de fase. No entanto, diante das leituras realizadas sobre o tema, não foram encontradas datas que marcassem o início e o fim dessas fases. Além disso, as ações da “fase II” e da “fase III”, por exemplo, poderiam ocorrer no mesmo ano, sem que necessariamente uma fase se encerrasse para dar início a outra.

Além da introdução e das considerações finais, o trabalho está dividido em três partes: a primeira parte se dedica à contextualização internacional do período. Apresenta-se, portanto, o contexto político-histórico da Guerra Fria. Enfatiza-se como essa dinâmica internacional influenciou a política dos países sul-americanos. A segunda parte descreve a Operação Condor, como se deu o seu surgimento, seguida da descrição das três fases da Operação e seus desdobramentos. A terceira, e a última, parte se dedica a montar um breve histórico do cenário da política interna brasileira que possibilitou a participação do Brasil na Operação Condor, bem como uma breve análise do caso dos uruguaios, sequestrados dentro do território brasileiro, sob o âmbito da Condor.

Por fim ressalta-se que a participação brasileira na Operação Condor fez parte de um capítulo deprimente da história brasileira, a qual reflete até os dias atuais, pois, milhares de pessoas foram presas e torturadas durante o regime militar. Suas histórias não podem ser esquecidas.

CAPITULO I - Contextualização histórica.

O primeiro capítulo da presente monografia descreve o cenário internacional desde o final da Segunda Grande Guerra até o final da Guerra Fria. Para tanto o presente capítulo inicia-se com explanação das Grandes Conferências: Teerã, Yalta e Potsdam, realizadas para a manutenção da paz no cenário do pós-guerra, bem como para definir como se daria a partilha do território alemão. Posteriormente, este capítulo aborda a Guerra Fria, disputa entre os Estados Unidos, de ideologia capitalista e a União das Repúblicas Soviéticas, de ideologia socialista, e suas quatro fases: a Quente (1947-1955), a Coexistência Pacífica (1955-1968), a *détente* (1969-1979) e a fase Final (1979-1991).

2.1 O Final da II Guerra Mundial e as Grandes Conferências.

Entre os anos de 1939 e 1945, o mundo vivenciou o mais sangrento conflito militar da história, a Segunda Guerra Mundial. Esse confronto bélico envolveu as grandes potências da época. A disputa se deu entre os “Aliados”, que contava principalmente com as tropas dos Estados Unidos, a União Soviética, a França e o Império Britânico e o “Eixo”, que era composto principalmente pela Alemanha, Japão e Itália.

Os principais motivos da guerra foram os governos autoritários que disputavam novos territórios visando à expansão, bem como o descontentamento alemão diante do que lhe fora imposto no Tratado de Versalhes (1919), quando se encerrou a Primeira Guerra Mundial. O Tratado previa que a Alemanha arcasse com os prejuízos causados aos países afetados pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), previa também que o país deveria reconhecer a independência da Áustria, bem como conter o desenvolvimento bélico e do exército alemão. Todas essas imposições geraram revanchismo por parte da Alemanha, fato esse que ajudou e incitou o desenrolar da Segunda Guerra Mundial.

Com a vitória dos Aliados, em 1945, a Segunda Guerra Mundial foi finalizada. A partir desse fato, ocorreram os principais encontros, com a presença dos representantes das três grandes potências da época; Franklin D. Roosevelt (Estados Unidos), Josef Stalin (União Soviética) e o primeiro ministro Winston Churchill (Reino Unido), a fim de decidir como se daria a partilha do território alemão, bem como a manutenção da paz no pós-guerra.

O primeiro desses encontros foi a Conferência de Teerã (1943), que contou com a presença dos três principais estadistas “Aliados”. Segundo Christian Lohbauer (2005), a Conferência de Teerã tinha como intuito conter a presença da União Soviética, nos Bálcãs e no Leste da Europa. “Ainda em Teerã, o futuro da Alemanha começou a ser discutido e a extensão da fronteira polonesa para a linha Oder-Neisse também foi pauta.” (LOHBAUER, 2005:91). Além disso, “Os três aliados concordaram, também, na desmilitarização completa da Alemanha e sobre as respectivas zonas de ocupação” (KISSINGER, 2012:368).

Posteriormente, a segunda importante Conferência foi a de Yalta, que ocorreu em fevereiro de 1945, e que contou com a presença dos três principais estadistas da época. Segundo Kissinger (2012), Churchill pretendia defender o equilíbrio de poder da Europa, bem como resgatar o *status* da França de grande potência. Roosevelt visava um acordo referente à votação dentro das Organizações das Nações Unidas (ONU), bem como decidir como se daria a participação da União Soviética na guerra contra o Japão.

No final, Churchill e Roosevelt aceitaram as fronteiras de 1941 da Rússia, passo doloroso para Churchill, cujo país fora à guerra para preservar a integridade territorial da Polônia. Concordaram, também, que a fronteira ocidental da Polônia fosse levada para os rios Oder e Neisse. Como havia dois rios Neisse, a linha final não ficou resolvida. Churchill e Roosevelt aceitaram o governo de Lublin, criado por Moscou, como a condição de que fosse ampliado para incluir algumas figuras políticas democráticas do governo polonês no exílio com base em Londres.

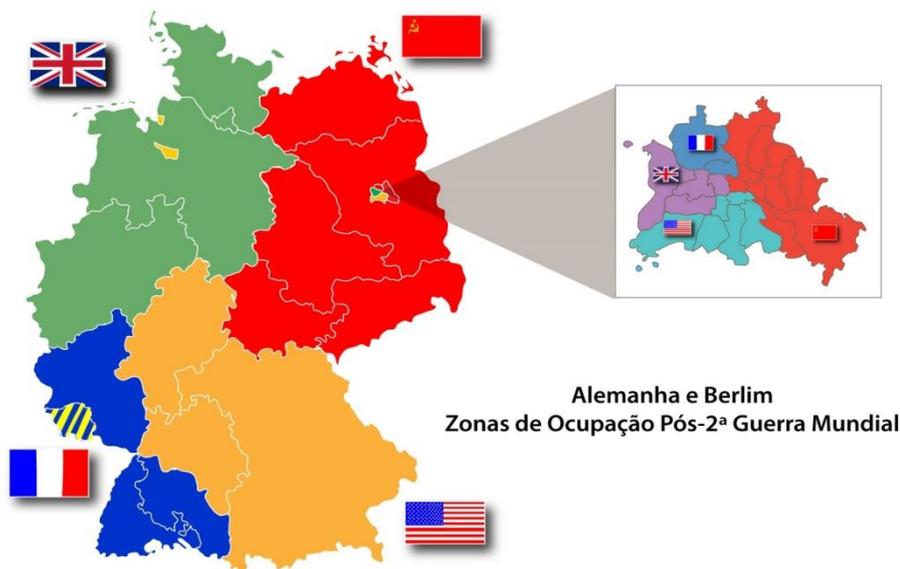
A concessão de Stalin aos seus aliados foi a Declaração Conjunta sobre a Europa Liberada, que prometia eleições livres e governos democráticos na Europa Oriental. Stalin obviamente julgava estar prometendo a versão soviética de eleições livres, especialmente em vista do fato de que o Exército Vermelho já teria ocupado os países em questão. Foi o que aconteceu, embora Stalin tenha subestimado a seriedade com que os americanos tradicionalmente abordam documentos legais. Posteriormente, quando decidiram organizar a resistência ao expansionismo soviético, os Estados Unidos basearam-se na incapacidade de Stalin manter sua palavra – dada em Yalta, e tal como o governo americano e o público haviam compreendido. (KISSINGER, 2012:372)

Em julho de 1945, se deu o último encontro entre os as três grandes potências da época, que ficou conhecido como Conferência de Potsdam. Diferente das duas primeiras, nessa, os Estados Unidos não foram representados por Franklin Roosevelt, uma vez que o mesmo havia falecido em abril de 1945, sendo representados por Harry Truman, o novo presidente norte-americano. A agenda da Conferência incluía “[...] indenizações, o futuro da Alemanha e a situação de aliados alemães como a Itália, a Bulgária, a Hungria e a Romênia, ou de associados como a Finlândia”. (KISSINGER, 2012)

[...] ocorreu (Potsdam) em clima bastante diverso da de Yalta. Em novo contexto, marcado pela mudança nas relações de força na Europa e pela explosão da primeira bomba atômica no deserto do Novo México pelos Estados Unidos, a conferência representou a superação do domínio militar dos soviéticos pelos norte-americanos. O desequilíbrio atômico entre as duas superpotências elevaria a temperatura política em Potsdam. (SARAIVA, 2007:193).

Segundo KISSINGER (2012), a Conferência de Potsdam não gerou muitos resultados, pois várias exigências de Stalin foram negadas, bem como as de Truman. O que foi acordado entre os três representantes de Estado foi um “mecanismo de quatro potências para lidar com questões alemãs” (KISSINGER, 2012:393)³, além do acordo no que tange as indenizações da guerra; Truman convenceu Stalin de que cada um retiraria o ressarcimento da guerra da sua zona ocupada na Alemanha. Ademais, outro fato importante ocorreu em Potsdam, Truman informou Stalin da existência da bomba atômica americana, fato esse que gerou tensão entre ambos, uma vez que Stalin, embora já soubesse de tal fato, viu o informe de Truman como um ato intimidador.

O resultado prático de Potsdam foi o início do processo que dividiu a Europa em duas esferas de influência, exatamente o cenário que os líderes americanos do período de guerra estavam decididos a evitar. (KISSINGER, 2012:394)



Divisão da Alemanha e da cidade de Berlim pós- Segunda Guerra⁴

³ Além dos Estados Unidos, da União Soviética e da Grã-Bretanha, a França foi incorporada as potências que lidariam com as questões alemãs.

⁴ Imagem disponível em < <http://divisaoalemanha3b.blogspot.com.br/2010/09/de-1945-1989.html>> Acessado em 15 de janeiro de 2015.

A Segunda Guerra mundial trouxe enormes impactos, tanto humanos quanto econômico para os países participantes da mesma. Segundo LOHBAUER (2005) a perda de vidas humanas na guerra foi estimada em 55 a 60 milhões, sendo 25 milhões só na União Soviética, 15 milhões na China e cerca de 5 milhões de pessoas na Alemanha. Prejuízos, no que tange a infraestrutura dos países atingidos, com linhas ferroviárias, estradas e os meios de comunicação também foram importantes consequências da Guerra. Além das perdas humanas, o território da União Soviética encontrava-se devastado.

Segundo KISSINGER (2012), o país estava assolado a oeste de Moscou e tais problemas colocavam a União Soviética em desvantagem em relação aos Estados Unidos, “Agora, este país via-se, subitamente, diante da inovação tecnológica americana da bomba atômica.” (KISSINGER, 2012:396).

O fim da II Guerra Mundial trouxe pouca esperança de paz e estabilidade. As negociações diplomáticas realizadas nos últimos meses de guerra demonstraram crescente desconfiança entre os aliados e a União Soviética. A guerra foi imediatamente seguida por um período de difícil convivência entre os vitoriosos. Uma a entre parceiros com diferenças ideológicas tornou-se rapidamente um conflito de concepções. (LOHBAUER, 2005: 94).

Inevitavelmente como fosse, a guerra terminou mesmo num vácuo geopolítico. Estava desfeito o equilíbrio de poder e um amplo tratado de paz parecia difícil. O mundo dividiu-se em campos ideológicos e descambou para uma batalha longa e dolorosa para alcançar, após a guerra, aquele acordo que escapara aos líderes antes do seu fim. (KISSINGER, 2012:379).

2.2 O começo da Guerra Fria (1945-1947).

Foi diante de tais acontecimentos gerados com o fim da Segunda Guerra que se deu a construção do cenário da disputa ideológica conhecida como Guerra Fria, uma vez que as decisões tomadas nas Conferências não trouxeram resultados e, além disso, a divergência de ideologias entre os norte-americanos e os soviéticos se fazia eminente. KISSINGER (2012) traz que “Stalin parecia impor sua vontade na Europa Oriental, sem ligar à crença americana na democracia” (KISSINGER, 2012:406), gerando assim, receio e desconfiança por parte dos norte-americanos. “Truman viu a batalha que vinha, entre Estados Unidos e a União Soviética, como uma luta entre o bem e o mal, sem relação com esferas de influência.” (KISSINGER, 2012:406).

Sob a liderança dos Estados Unidos, as zonas de ocupação ocidentais na Alemanha foram englobadas, enquanto a União Soviética transformou os países da Europa Oriental em seus apêndices. As antigas potências do Eixo – Itália, Japão e, após 1949, a República Federativa da Alemanha – aos poucos, tomaram o rumo de uma aliança com os Estados Unidos. Embora a União Soviética tenha cimentado o seu domínio sobre a Europa Oriental por meio do Pacto de Varsóvia, essa aliança nominal era obviamente mantida pela coação. (KISSINGER, 2012:406).

Conforme dito anteriormente, o fim da Guerra trouxe enormes prejuízos econômicos e humanos para os países participantes e para os atingidos. A Inglaterra e a França, por exemplo, estavam entre os Aliados vitoriosos e entre as quatro potências destinadas a lidar com a Alemanha dividida, no entanto, diante desses prejuízos gerados com a Guerra, não foram capazes de continuar a ascender e a se desenvolver como potências no imediato pós-guerra, uma vez que ambas precisavam se reconstruir após a devastação sofrida em toda a Europa com as duas grandes guerras.

Os prejuízos e as devastações causados na União Soviética não foram diferentes, embora ela tivesse adquirido o *status* de superpotência devido ao conquistado grande poderio militar e a ter ascendido economicamente nos anos que sucederam a guerra, a mesma teve perdas humanas e econômicas muito grandes nesse período, sendo assim, nos primeiros anos do pós-guerra, a URSS pretendia reconstruir-se.

Já os Estados Unidos, que não teve tantos danos durante a guerra, como os demais países, continuavam ascendendo e investindo em desenvolvimento bélico, como a já anunciada bomba atômica, por exemplo, e em tecnologia. Desse modo, a União Soviética tinha consciência que naquele momento, um conflito direto com os Estados Unidos não era viável.

Stalin e a liderança soviética tinham a percepção das perdas humanas provocadas pela Segunda Guerra Mundial, da superioridade atômica dos Estados Unidos, das debilidades do projeto nuclear soviético, das dificuldades em apoiar os regimes comunistas da Polônia, Hungria, Romênia e Bulgária e, principalmente, do forte revés da industrialização e da produção agrícola (que havia caído mais de 50% durante a guerra). (SARAIVA, 2007:199).

No entanto, mesmo com a divisão da Alemanha entre os quatro aliados vitoriosos, seu controle ficou principalmente nas mãos dessas duas superpotências com ideologias completamente antagônicas. De um lado, a União Soviética, que tinha o socialismo como doutrina e influenciava a Europa Oriental; do outro, os Estados Unidos, que defendiam o capitalismo e tinham a Europa Ocidental como zona de influência.

Do mesmo modo que Truman desconfiava das atitudes expansionistas de Stalin, em março de 1946, oito meses após a Conferência de Potsdam, o primeiro-ministro britânico Winston Churchill fez um alerta sobre o assunto em um discurso realizado nos Estados Unidos:

No dia 5 de março de 1946, em Fulton, Missouri, ele [Churchill] soou o alarme sobre o expansionismo soviético, descrevendo uma “cortina de ferro” que baixara “de Stettin, no Báltico, a Trieste, no Adriático”. Os soviéticos haviam instalado governos pró-comunistas em cada país ocupado pelo Exército Vermelho, assim como na zona soviética da Alemanha – a parte mais útil da qual, não se sofreu de dizer, fora entregue aos soviéticos pelos Estados Unidos. (KISSINGER, 2012:399).

O discurso de Churchill sobre a “Cortina de Ferro” teve o intuito de transmitir à Truman e ao resto do mundo a ideia de que o Leste Europeu seria dominado pelo comunismo e que por isso, era viável a união entre os norte-americanos e a Grã-Bretanha a fim de conter tal expansão. A ideia levantada por Churchill em seu discurso concordava com os ideais capitalistas dos anglo-saxões, e o medo da propagação do comunismo fez os Estados Unidos agirem.

A formulação de doutrinas políticas para a contenção de soviéticos na esfera global, os planos econômicos de reconstrução das áreas atingidas pela guerra mundial e consideradas vulneráveis à influência soviética, assim como a constituição de uma grande aliança militar ocidental, foram, assim, partes constitutivas de um único objeto dos Estados Unidos. Liderando um dos lados do condomínio, a superpotência ocidental procurava assenhorear-se de mais espaços econômicos, políticos e ideológicos no cenário internacional do pós-guerra. (SARAIVA, 2007:200).

As tentativas já iniciadas pela União Soviética de implantação do regime comunista em alguns países do Leste Europeu, bem como a declaração de Churchill sobre tal expansionismo soviético serviram de motivação para que os países capitalistas agissem com o intuito de evitar a propagação das “ditaduras comunistas”. Desse modo, em março de 1947, segundo o site *The Avalon Project*⁵, o então presidente dos Estados Unidos, Henry Truman, lançou a Doutrina Truman, que consistia em uma política de contenção do comunismo. Truman definiu sua doutrina como: “a política dos Estados Unidos aos povos livres, que resistem à tentativa de subjugação por minorias armadas ou pressões externas”. (KISSINGER, 2012).

Como pilar da Doutrina, em junho do mesmo ano, foi lançado o Plano Marshall, que consistiu na ajuda financeira a países capitalistas que estavam com suas economias

⁵ The Avalon Project. Truman Doctrine. Disponível em < http://avalon.law.yale.edu/20th_century/trudoc.asp > Acessado em 15 de janeiro de 2015.

fragilizadas, de modo que a União Soviética e o socialismo não conseguisse impor seu regime nos mesmos, alegando ser essa ideologia ameaça para o mundo.

Sendo assim, segundo SARAIVA (2007), a Doutrina Truman foi a primeira clara formulação política com caráter universalista dos Estados Unidos nos tempos da Guerra Fria. Desse modo, embora as tensões ocorressem desde 1945, o marco do início da Guerra Fria foi o ano de 1947.

A Doutrina Truman foi um marco, pois quando os Estados Unidos chamaram a União Soviética para um duelo moral, o tipo de *Realpolitik* que Stalin compreendia se esgotou, e concessões recíprocas ficaram inviáveis. Daí em diante, o conflito só se resolveria pela mudança de objetivos soviéticos, pelo colapso do sistema soviético, ou por ambos. (KISSINGER, 2012:411).

2.3 A Guerra Fria

Sob a ótica de CALVOCORESSI (2011), a expressão “Guerra Fria” foi inventada para descrever um estado de coisas cujo principal ingrediente era a hostilidade e o temor mútuo entre os protagonistas, isto é, a disputa ideológica entre os norte-americanos e os soviéticos. Devido à instabilidade entre as duas potências, o mundo vivia sobre a constante “ameaça nuclear”, afinal, o desfecho da Segunda Guerra deixou claro a potencialidade militar dos dois países e posteriormente o desenvolvimento nuclear, deixando claras as consequências que ocorreria à humanidade se ambos os países decidissem chegar às vias de fato. O contexto geral da Guerra Fria caracterizou-se pela busca incessante dos dois países, de ideologias antagônicas, de expandir tanto essas ideologias quanto suas áreas de influências, com intercaladas tentativas de períodos mais amenos, como foi o caso da coexistência pacífica (1955-1968) e a *détente* (1969-1979).

Desse modo, a Guerra Fria foi dividida em quatro fases: a fase “quente” que compreendeu os anos de 1947 a 1955, a coexistência pacífica que compreendeu os anos de 1955 a 1968, a *détente* de 1968 a 1979 e a fase final de 1979 a 1991, fases essas que são explanadas no presente capítulo.

2.3 1 A fase Quente (1947-1955)

Diante do cenário que se desenhou no pós Segunda Guerra Mundial, que consistiu na expansão do regime ideológico soviético, governado por Stalin, somada a preocupação que tal expansão gerou entre os norte-americanos e demais opositores do regime comunista, que surgiu a primeira fase da Guerra Fria: a fase Quente.

O período é chamado de “quente”, porque, segundo Saraiva (2001), foi um momento de desconfiança mútua entre as duas superpotências, bem como da tentativa de imposição e expansionismo de cada respectivo regime nas relações internacionais. Além disso, nessa fase as duas potências já haviam desenvolvido armamentos com tecnologia nuclear.

Dentro da primeira fase destacam-se acontecimentos como a já citada Doutrina Truman (1947). Após o anúncio da Doutrina, os Estados Unidos tinham que agilizar suas ações, uma vez que o avanço comunista estava eminente. Assim, em julho do mesmo ano, o Secretário de Estado de Truman, Marshall, em um discurso em Harvard, delegou como função norte-americana a ajuda econômica e social a todos os países que fossem alvos do regime comunista, tal delegação ficou conhecida como Plano Marshall.

A tradução econômica da doutrina (Truman) apareceu no mesmo ano de 1947, sob a forma de um plano do secretário de Estado George Marshall. Assustado com o aumento dos votos para os comunistas nas eleições europeias no imediato pós-guerra, ao entender que isso significava uma debilidade das democracias ocidentais frente à penetração soviética, Marshall anunciou um conjunto de ações que orientariam a presença norte-americana na reconstrução econômica da Europa Ocidental. (SARAIVA, 2008: 201).

A América ajudaria na recuperação europeia, avisou Marshall, para evitar “distúrbios políticos” e “desespero”, restaurar a economia mundial e estimular instituições livres. Portanto, “qualquer governo, disposto a cooperar na recuperação, terá ajuda plena, estou certo, do governo dos Estados Unidos”. Em outras palavras, o Plano Marshall era acessível mesmo aos governos de satélites soviéticos. – sinal compreendido em Varsóvia e em Praga, e com igual rapidez suprimido por Stalin. (KISSINGER, 2012:412).

Segundo SARAIVA (2008), de princípio o Congresso norte-americano teve uma postura cautelosa no que tange a aplicação do Plano, no entanto, Marshall os convenceu afirmando ser uma ajuda destinada a garantir a liberdade dos países, desse modo, o Plano Marshall foi aprovado por maioria absoluta dos congressistas. “A Europa Ocidental, entre 1947 e 1951, solicitou recursos da ordem de 17 bilhões de dólares para a reconstrução econômica e social”. (SARAIVA, 2008:201). “Ao final da década de 1950, a região [Europa Ocidental] voltava a apresentar um amplo desenvolvimento industrial.”

(SARAIVA, 2008:202). Tal Plano garantiu aos Estados Unidos “[...] uma fronteira de defesa dos valores capitalistas e da sua própria preeminência.” (SARAIVA, 2008:202).

Tendo em vista as ações norte-americanas para a contenção do comunismo, como o citado Plano Marshall, surgiram reações, embora lentas, por parte dos soviéticos; o Bloqueio de Berlim foi uma delas.

Localizada a mais de 150 quilômetros dentro da zona de ocupação soviética e dividida internamente, dentro da lógica de Potsdam, em quatro áreas de ocupação, Berlim foi bloqueada por Stalin como teste do grau de determinação dos seus adversários e como reação à Doutrina Truman. Em Berlim confrontavam-se os dois mundos: na Berlim Ocidental, os Estados Unidos haviam despejado os dólares da ajuda econômica, enquanto, na Oriental, os soviéticos extraíram riquezas para o plano de reconstrução da União Soviética. (SARAIVA,2008:206).



Divisão da cidade de Berlim no pós-Segunda Guerra.⁶

A União Soviética era responsável pela maior parte do abastecimento de alimentos, energia, entre outros, na cidade de Berlim. A fim de reprimir a parte ocidental da cidade e impedir que a mesma influenciasse na parte oriental, criou o Bloqueio de Berlim que consistiu no bloqueio naval e ferroviário que davam acesso a parte ocidental da cidade (conforme consta no mapa acima). O bloqueio interrompeu o envio de alimentos e energia do oriente para o ocidente da cidade. Stalin justificou o bloqueio afirmando que a cidade

⁶ Imagem disponível em: <<http://prof-tathy.blogspot.com.br/2009/10/sobre-construcao-do-muro-de-berlim.html>> Acessado em 15 de novembro de 2014.

de Berlim “[...] não poderia ser um enclave ocidental no interior da zona de ocupação soviética, ali plantando para desestabilizar a construção do socialismo”. (SARAIVA, 2008:206).

Após as ameaças de Truman contra Stalin, no que tange o Bloqueio, não terem surtido efeitos, em 28 de junho, os norte-americanos em parceria com os britânicos, iniciaram “[...] o transporte aéreo maciço de alimentos, combustíveis e materiais necessários à resistência de Berlim Ocidental”. (SARAIVA, 2008:206). A parceria dos capitalistas não foi impedida por Stalin, no entanto, ainda assim, o mesmo negou-se a uma negociação diplomática.

Porém, no mesmo ano de 1949, o Bloqueio foi encerrado, “[...] um acordo discreto viria ser assinado nas Nações Unidas para estabelecer a normalidade”. (SARAIVA, 2008:206). Com isso, a cidade de Berlim passa a ser dividida e cria-se “[...] República Federal da Alemanha pela fusão das zonas de ocupação americana inglesa e francesa.” (KISSINGER, 2012:418) e República Democrática Alemã, controlada pelos soviéticos.

No lado ocidental, os investimentos foram elevados ainda mais para criar a vitrine do capitalismo. No lado oriental, foram brotando instituições socialistas com técnicos altamente qualificados e uma atmosfera de desconfiança que levou, em agosto de 1961, à construção do Muro de Berlim, para separar os dois mundos que pareciam irreconciliáveis. (SARAIVA, 2008:207).

Foi também no ano de 1949 que, segundo SARAIVA (2001), a União Soviética lançou seu primeiro experimento de bomba atômica. Além do investimento no setor atômico, o país vinha investindo em pesquisas espaciais, desse modo, “O controle da energia atômica e o desenvolvimento da pesquisa espacial elevaram os soviéticos à condição de igualdade aos norte-americanos nesses dois campos já nos anos 50”. (SARAIVA, 2001:28).

Diante das crescentes tensões, principalmente após o Bloqueio de Berlim, em 1949, bem como do desenvolvimento do primeiro experimento atômico soviético, o Ocidente necessitava de uma aliança que discutisse assuntos militares e de segurança, uma vez que a Doutrina Truman e o Plano Marshall já se encarregavam da esfera econômica. Desse modo, em 1949, foi criada a OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte, “[...] a primeira aliança militar e tempos de paz na história da América” (KISSINGER, 2012:415):

Criada para reagir a qualquer ataque armado contra os membros da aliança na Europa e na América do Norte, a Otan estabelecia como princípio básico a defesa

coletiva das liberdades democráticas dos países capitalistas.” (SARAIVA, 2008: 203)

A Aliança consistia no compromisso entre os seus pertencentes de ajuda mutua em caso de ataques socialistas e ainda, “O grande compromisso norte-americano com a OTAN era promover a criação do escudo atômico sobre a Europa Ocidental.” (SARAIVA, 2008:202). Os Estados Unidos não chamavam a Aliança Atlântica de “aliança”, diziam que a mesma consistia em uma política de segurança coletiva.

A Aliança Atlântica mantinha princípios, dizia, não territórios; não resistia a mudanças, mas ao uso da força para mudar. A análise [de Warren Austin, ex-senador dos Estados Unidos] concluía que o Tratado do Atlântico Norte “não é contra ninguém; é unicamente contra a agressão. Não visa modificar o ‘equilíbrio de poder’, antes quer fortalecer o “equilíbrio de princípios’.” (KISSINGER, 2012:416).

Em suma, a Aliança Atlântica, não sendo, na realidade, uma aliança, aspirava à universalidade moral. Representava a maioria do mundo contra a minoria de desordeiros. Em certo sentido, o papel da Aliança Atlântica era agir até o Conselho de Segurança da ONU “tomar as medidas necessárias para restaurar a paz e a segurança”. (KISSINGER, 2012:418).

A União Soviética não ficou inerte à criação da Aliança Atlântica, em maio de 1955, na cidade de Varsóvia, Polônia, foi firmado entre a União Soviética, a Alemanha Oriental, a Bulgária, a Hungria, a Polónia, a Tchecoslováquia, a Romênia e a Albânia o Pacto de Varsóvia, que consistiu em uma aliança militar socialista. O intuito da Aliança era similar a OTAN; ajuda mútua entre os países pertencentes visando à defesa contra ataques capitalistas.

Outra tensão desencadeada pela Guerra Fria, durante a sua “fase quente”, somada à vitória comunista, em 1949, de Mao Tsé-tung, na Revolução da China, foi a Guerra das Coreias, no ano de 1950. A guerra aconteceu por meio da invasão dos norte-coreanos no sul da Coreia. Os Estados Unidos permaneceram do lado da Coreia do Sul, fornecendo armamentos militares, enquanto o norte recebeu o apoio também militar da União Soviética. O desfecho da guerra se deu com a assinatura do Armistício de Panmunjom, no ano de 1953, o qual firmou a divisão coreana já feita antes da guerra.

As duas Coreias ficaram como um monumento dos anos da guerra fria. A do Norte alcançou reconstrução dentro dos quadros do socialismo, e a do Sul recebeu forte injeção de capital para desenvolver o modelo dirigista de industrialização liderada por militares pró-americanos. (SARAIVA, 2008:211).

Uma vez dados esses acontecimentos, a Guerra Fria começou a “esfriar”, a equivalência nuclear entre dos dois países colocava o mundo diante de um possível

conflito nuclear, que possivelmente ocasionaria o fim da humanidade. Diante dessa tensão, iniciou-se à segunda fase, a chamada coexistência pacífica.

Da relação “quente” da Guerra Fria (1947) à lógica da coexistência pacífica (1955-1968), as duas superpotências migraram da situação de desconfiança mútua para uma modalidade de convivência tolerável. Da corrida atômica do final dos anos 40 e início dos anos 50 às negociações para um sistema de segurança mundial sustentado no equilíbrio das armas nucleares, os dois gigantes evoluíram nas suas percepções acerca da avassaladora capacidade destrutiva que carregavam. (SARAIVA, 2001:19).

2.3.1 A coexistência pacífica (1955-1968).

A segunda fase da Guerra Fria, conhecida como coexistência pacífica, que compreende os anos de 1955 a 1968, foi caracterizada pela flexibilidade na ordem bipolar, isso por que:

Apesar das grandes crises internacionais presenciadas naqueles 13 anos, as duas superpotências já não operavam com os princípios da guerra fria dos anos 1940 e da primeira metade dos anos 1950. A coabitação pacífica, alimentada pela percepção da capacidade destrutiva que carregavam com seus armamentos atômicos, e as forças profundas que vieram alimentar os novos movimentos nas relações internacionais evidenciaram a imperfeição do modelo bipolar. (SARAIVA, 2008:212).

Segundo Saraiva (2008), o período que compreende a coexistência pacífica foi originado devido a seis grandes movimentos que mexeram com as relações internacionais e moldaram essa fase da Guerra Fria. O primeiro deles foi o “*aggiornamento* político e econômico da Europa Ocidental”. (SARAIVA, 2008:213). Através dos investimentos providos pelo Plano Marshall, a Europa pôde se recuperar dos prejuízos da Segunda Guerra Mundial e retornar para o cenário das relações internacionais durante os anos de 1950 e início 1960. O segundo movimento consistiu na “flexibilidade intra-imperial, tanto no sistema de poder dos norte-americanos quanto no soviético.” (SARAIVA, 2008:213).

O terceiro ponto destacado por Saraiva como um dos amenizadores dos conflitos gerados durante a guerra consistiu no início da desintegração do bloco comunista:

A ruptura chinesa do mongolismo do poder da União Soviética sobre o mundo comunista, com o conflito sino-soviético no início dos anos 1960, mostrou que a satelitização – mesmo para países que conviviam em relação de dependência militar com os soviéticos, como Hungria, a Tchecoslováquia e a Polônia – não

mais se aplicavam à realidade dos fatos. As crenças divergentes de alguns partidos comunistas, principalmente na Albânia e na Iugoslávia, associadas ao renascimento do nacionalismo, descaracterizaram a unidade comunista na Europa Oriental já nos anos 1950. (SARAIVA, 2008:213).

A descolonização afro-asiática⁷, somada à América Latina fez surgir o chamado Terceiro Mundo. Segundo Cardozo (2009), tais países recém-independentes se preocupavam menos com a Guerra Fria, com foco nas necessidades internas, como a pressão pela descolonização, bem como a tentativa de superar o status de subdesenvolvimento. No entanto, a Guerra Fria acabaria por “atingir” esses países, como traz Cardozo (2009):

Entretanto, a realidade da Guerra Fria também atingiu esses países. Com as fronteiras marcadas nitidamente na Europa, os Estados Unidos e a União Soviética transferiram sua competição para o chamado “Terceiro Mundo”. Foram nessas áreas do globo que os embates entre as duas superpotências foram mais diretas, envolvendo desde a intervenção militar (como o caso dos EUA no Vietnã na década de 60, e a URSS no Afeganistão na década de 80) até a nebulosa atuação dos serviços secretos de ambos os países ao redor do globo (CIA e KGB). (CARDOZO, 2009:13)

Ainda assim, o surgimento do Terceiro Mundo e dos Estados soberanos desenvolveu um sentimento de participação internacional, bem como a autonomia dos países latino-americanos no que tange a Política Externa. Tais países passam a buscar parcerias com outros países que não os Estados Unidos. Além disso, foi possível perceber um desenvolvimento dos países mais industrializados da América Latina, como a Argentina e o Brasil, por exemplo, que tiveram a possibilidade de destacar-se no âmbito internacional. Desse modo, a descolonização afro-asiática e essa autonomia latino-americana foram classificadas por SARAIVA (2008) como o quarto e o quinto pontos que possibilitaram a coexistência pacífica.

A sexta e última causa trazida por SARAIVA (2008) consiste no poder destrutivo que ambos oponentes possuíam. Os Estados Unidos já haviam explodido sua primeira bomba de hidrogênio em novembro de 1952, seguido pela União Soviética, que explodiu a sua em julho de 1953. No entanto, na guerra da Coreia (1950-1953), por exemplo, embora os dois blocos antagonísticos possuíssem desenvolvidas armas atômicas, não as utilizaram, uma vez que seu uso poderia colocar um fim a humanidade. Dentro desse

⁷ Segundo Cardozo (2009), foi período pós Segunda Guerra Mundial, que se deu o início de independência das antigas colônias europeias na Ásia e na África, tais colônias deram origem a diversos Estado-Nação. Esses novos países, somados a América Latina, seriam descritos como Terceiro Mundo, isso porque o chamado Terceiro Mundo “[...] insistia na sua distinção dos blocos dominados pelos americanos e soviéticos”. (CARDOZO, 2009:13).

cenário começa a ocorrer “[...] o declínio gradual das armas nucleares nas contendidas da balança de poder mundial”. (SARAIVA, 2008:214).

Os seis fatores juntos, interligados, tendiam a atenuar o peso da guerra fria, animando mecanismos mais dinâmicos e menos dicotômicos da vida internacional. A coexistência pacífica foi, portanto, o resultado de uma acomodação das forças profundas que vinham alimentando as mudanças da ordem bipolar típica e do sistema de finalidades, dos novos cálculos e estratégias, que tornaram a vida internacional dos tardios anos 1950 e grande parte da década de 1960 menos inseguras que os incertos anos da guerra fria. (SARAIVA, 2008:214).

A Guerra Fria se tornou um confronto aberto. No entanto, os anos seguintes se caracterizaram por um período de coexistência pacífica. Parcialmente porque o equilíbrio nuclear foi atingido. Em novembro de 1952, os norte-americanos explodiram sua primeira bomba de hidrogênio. Nove meses depois os soviéticos também explodiram a sua. A coexistência pacífica também foi resultado da mudança das personalidades no poder. A morte de Stalin em 1953, após quase três décadas no comando totalitário da União Soviética, gerou problemas internos e dificuldades no controle de seus Estados satélites. Nos Estados Unidos, a eleição de Dwight Eisenhower para um governo republicano também fez com que o país fosse menos ativo na política de contenção soviética. Finalmente, outra razão fundamental para o relaxamento do conflito bipolar foi a transferência da batalha ideológica para outras áreas do globo como a África e Sudeste Asiático, onde o doloroso processo de descolonização estava apenas começando. (LOHBAUER, 2005: 116).

O período que compreende a fase da Coexistência Pacífica foi marcado pela construção do Muro de Berlim, em agosto do ano de 1961. O muro tinha como intuito evitar a passagem dos berlinenses do ocidente para o oriente de Berlim e demonstrar a força e domínio soviético.

Os alemães orientais haviam levantado obstáculos como serpentinas de arame farpado entre o setor soviético de Berlim e os setores ocupados pelas três potências ocidentais e uma cerca ao redor de toda a cidade de Berlim. (KISSINGER, 2012:536).

No entanto, a ação teve efeito reverso, “Foi revelada ao mundo a falência de um regime comunista, incapaz de induzir os próprios cidadãos a permanecerem dentro do seu país.” (KISSINGER, 2012:536). O então presidente dos Estados Unidos, Kennedy, não considerou a construção do muro como uma agressão, desse modo, não houve contestação militar americana. O muro ficou conhecido como o símbolo da Guerra Fria e só foi derrubado em 1989.

Outro fato a ser destacado nesse período foi a Crise dos Mísseis em Cuba, no ano de 1962. A crise se deu quando a União Soviética instalou mísseis nucleares em Cuba, uma ilha da América Central, que ficava muito próxima da Flórida, Estados Unidos. Segundo KISSINGER (2012), muito embora Krushev tivesse dito inúmeras vezes a

Kennedy que não usaria Cuba como base nuclear, os Estados Unidos permaneceram, ainda assim, sob alerta na região. Desse modo, em um dos voos secretos feito pelos americanos sobre Cuba, foi divulgado pelos Estados Unidos fotos de instalações nucleares da União Soviética na ilha. Os norte-americanos iniciaram então um bloqueio econômico e naval na costa de Cuba. Os soviéticos justificaram a implantação da base, alegando ser essa uma defesa contra possíveis invasões capitalista em Cuba.

Tais fatos desencadearam a crise que durou treze dias, sendo esse momento um dos de maior tensão durante os anos da Guerra Fria, pois foi durante essa crise o mundo se viu mais perto de uma guerra nuclear que colocaria um fim na humanidade.

Como nenhuma das potências queria usar seu poderio nuclear e acabar com o mundo, após os treze dias de terror, Kennedy e Kruchev firmaram um acordo entre as duas potências. Nesse acordo, os Estados Unidos concordaram retiraram os mísseis que haviam sido implantado na Turquia (1961), e a União Soviética retiraria os mísseis de Cuba, no entanto, o bloqueio norte-americano em Cuba continuou.

Diante do terror vivido com a Crise dos Mísseis, em 1962 , a União Soviética, os Estados Unidos e Grã-Bretanha assinam o primeiro acordo que visava conter as ameaças e temores que a utilização da bomba nuclear trazia para o mundo. O acordo ficou conhecido como Tratado de Moscou e proibia que as armas atômicas fossem testadas na atmosfera ou na água. Nesse período que se iniciam as primeiras medidas para conter a proliferação nuclear.

Com uma crise tão tensa como a de Cuba e o temor que tais fatos geraram na população mundial fez com que as duas superpotências tomassem decisões que acalmariam as tensões. Foi nesse sentido que surgiu a terceira fase da Guerra Fria, a *détente*.

2.3.2 A *détente* (1969-1979).

A terceira fase da Guerra Fria, de 1969 a 1979, ficou conhecida como *détente*. Dentro dessa fase podem ser destacadas duas grandes características: “A fundação de um verdadeiro “concerto américo-soviético” e o início da decomposição ideológica do

conflito Leste-Oeste [...]”. (SARAIVA, 2008:212). O período da *détente* sinalizou atitudes de ambas as superpotências, a fim de encerrar as diferenças existentes entre elas.

Mesmo com a tentativa de entendimento entre as superpotências, os norte-americanos continuavam defendendo a política anticomunista. Desse modo, foi durante essa fase, também, que ocorreram os apoios norte-americanos aos golpes militares na América Latina, a fim de evitar o avanço comunista nesses países. Sob a ótica de HOBBSAWM (1994), os Estados Unidos, quase desde o início da Guerra Fria, tentaram de todas as formas evitar a propagação do comunismo, utilizando-se de todos os meios possíveis, desde a ajuda econômica, “passando pela subversão militar oficial e não oficial; de preferência em aliança com um regime local amigo ou comprado [...]” (HOBBSAWM, 1994:422). Foi diante disso que os norte-americanos apoiaram oficialmente golpes militares no Chile e no Brasil. Tal apoio, bem como a propaganda ideológica anticomunista propagada pelos norte-americanos refletiu diretamente nos golpes militares na América Latina, bem como fez florescer esse sentimento anticomunista que possibilitou a perseguição de subversivos e que conseqüentemente fez surgir à chamada Operação Condor.

Muito embora seja complicado traçar quando exatamente se iniciou esse período de avanço na tentativa de entendimento entre as superpotências antagônicas, pode-se dizer que “[...] desde as crises de Berlim e de Cuba, entre 1961 e 1962 percebeu-se relativa modificação nos padrões de conduta dos dois gigantes”. (SARAIVA, 2008:233). Essa “modificação nos padrões de conduta” se deu devido ao medo de possíveis ataques nucleares de ambos os lados.

O novo tempo, contudo, não encerrou o ciclo de enfrentamento e desconfianças mútuas. O equilíbrio do terror atômico, a corrida espacial e a “queda de braço” entre Washington e Moscou durante grande parte da década de 1960 demonstraram que os esquemas da coexistência pacífica ainda persistiam. A fase mais madura do relacionamento entre as superpotências só se verificou no final dos anos 1960 e início da década de 1970. Nessa nova fase deslanchou, verdadeiramente, a política de *détente*. (SARAIVA, 2008:233).

O grande acontecimento que marcou o início da terceira fase da Guerra Fria, a *détente*, ocorreu ainda no de 1963; foi o chamado Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). “Depois de três anos de difíceis negociações e de sete anos da aprovação de uma resolução da ONU que conclamava as nações a esse desafio, começava, de fato, a *détente*”. (SARAIVA, 2008:234). O Tratado foi dividido entre os países com desenvolvimento nuclear e os que ainda não tinham desenvolvido, até julho de 1969,

experimentos nucleares. Os países que ainda não haviam progredido nuclearmente trocariam esse desenvolvimento por tecnologias nucleares que deveriam ser usadas para fins pacíficos.

O tratado gerou discussões e desentendimentos. Os Estados Unidos, a União Soviética e a Grã-Bretanha assinaram o TNP, porém países como a China e a França, que estavam engajados no desenvolvimento de seus arsenais nucleares, rejeitaram o tratado. Os países que compunham o Terceiro Mundo, como Índia, Brasil, Argentina, Israel, entre outros, também se negaram a aderir tal acordo. “O congelamento do poder mundial imposto pelo tratado foi criticado por países ricos e pobres.” (SARAIVA, 2008:234). A maior contestação dos não favoráveis ao tratado se dava na desvantagem que eles teriam diante dos países que já possuíam a capacidade nuclear desenvolvida, além de alegarem que concordar com o tratado traria atrasos no desenvolvimento tecnológico dos países.

Posterior ao TNP, em 1972 foi assinado o *Strategic Arms Limitation Talks*, conhecido como Acordo Salt. O acordo foi decidido em Moscou por Nixon e Brejnev e previa “[...] o congelamento, por cinco anos, do desenvolvimento e da produção de armas estratégicas, bem como o controle sobre os mísseis internacionais e lançamento balísticos submarinos”. (SARAIVA, 2008:235). Em junho do ano seguinte, em uma das viagens de Brejnev aos Estados Unidos, firmou-se enfim o Tratado Salt.

O governo Nixon via no Acordo Salt um meio de proteger programas essenciais de defesa, da ação do congresso, de duas maneiras: insistiu em que os tetos estabelecidos pelo acordo fossem tratados pelo congresso como referências e acoplou ao acordo um aumento de US\$ 4,5 bilhões no orçamento de defesa, para modernização. (KISSINGER, 2012:699).

Esse período também foi marcado por vários encontros entre Nixon e Brejnev, demonstrando a consciência de ambas as partes de que era necessário um bom convívio entre as duas potências distintas, além também da percepção de ambas possuíam debilidades internas:

Apesar da grandeza das economias e da capacidade estratégica de seus armamentos, ambas as economias davam sinais de debilidade. A produtividade industrial norte-americana declinava e a economia soviética enfrentava o problema da modernização tecnológica no campo. As fatias do poder mundial, tão mais claras nas décadas anteriores, começavam a ser repartidas pelos seus próprios aliados, no Ocidente e no Oriente. (SARAIVA, 2008:236).

Os anos da *détente* também foram marcados por diversas crises econômicas, dentre elas destacam-se os dois choques do Petróleo, o primeiro em 1973 e o segundo

em 1979, que mostraram a dependência e a vulnerabilidade energética dos países desenvolvidos nesse ramo, bem como a potencialidade dos países produtores de petróleo, principalmente os árabes, que, conseguiram lucrar com a crise e começaram a exigir espaço no planejamento global.

As crises econômicas que se sucederam, de 1973 a 1979, tornaram o sistema internacional da *détente* vulnerável e abalaram os componentes da produção, do comércio e das finanças internacionais. As tensões entre o Norte e o Sul recrudesceram e as relações entre os dois gigantes, que oscilaram entre a cooperação e a desconfiança, se modificaram para uma nova forma de antagonismo no final daqueles anos e no início dos anos 1980. (SARAIVA, 2008:249).

2.3.4 Fase Final (1979 – 1991).

A quarta e última fase da Guerra Fria compreendeu os anos de 1979 a 1991. Diferente da *détente*, a fase final não contou com uma tentativa de convivência harmônica entre as duas superpotências, devido ao poderio militar que ambos possuíam, e sim com um combate pesado contra o regime socialista por parte dos norte-americanos, representados nesse período por Ronald Reagan, e pelos britânicos, tendo Margaret Thatcher como primeira ministra da época.

A meta dos Estados Unidos não era mais a distensão, mas a cruzada e a conversão. Reagan fora eleito com a promessa de militância anticomunista, e ele manteve a palavra. (KISSINGER, 2012:718).

Além dos norte-americanos retomarem os combates ao comunismo, várias tensões ocorreram ao redor do mundo, nessa fase final, motivadas pela disputa por territórios e expansão ideológica de ambas as superpotências:

A década de 1980 tem início, na verdade, em 1979, com alguns eventos relevantes: a invasão militar do Afeganistão pela União Soviética – que prometia estender ainda mais o alcance mundial do socialismo de tipo soviético -; a revolução fundamentalista no Irã, que retomava o radicalismo de suas predecessoras sociais – mas não ideológicas – de 1789 e 1917; o segundo choque do petróleo, cujo objetivo era reforçar o poder dos países em desenvolvimento sobre os destinos da economia mundial. (SARAIVA, 2008:255).

Nesse período, a própria União Soviética vivenciava um período de crises internas, tanto econômicas quanto populares. Salvo a crise interna, o socialismo passava a ser questionados pela população oriental; problemas de abastecimentos na União Soviética, bem como na Alemanha Oriental aumentava ainda mais os questionamentos populares,

além da perda de credibilidade e confiança dos governos dos países apoiados pelo comunismo no Terceiro Mundo.

A maioria das aquisições dos soviéticos dos anos 1970 se revertera – embora vários desses recuos não ocorressem até o governo Bush. A ocupação vietnamita do Camboja terminou em 1990, as eleições foram realizadas em 1993, e os refugiados prepararam-se para voltar; as tropas cubanas retiraram-se da Angola em 1991; ruiu o governo da Etiópia apoiado pelos comunistas, em 1991; em 1990, os sandinistas da Nicarágua foram levados a aceitar eleições livres, um risco que nenhum partido comunista no governo jamais quis correr; e, talvez o mais importante, os exércitos soviéticos retiraram-se do Afeganistão, em 1989. Todos esses acontecimentos contribuíram para o declínio do *élan* ideológico e da convicção geopolítica do comunismo. (KISSINGER, 2012:724).

A última fase da guerra é marcado pela ascensão de Mikhail Gorbachev, em 1985, no comando da União Soviética. Seu governo foi diferente dos antigos líderes da URSS, devido as grandes crises econômicas e sociais que o país vinha enfrentando, “seu (Gorbachev) intuito foi provocar a modernização, não a liberdade; ele tentara tornar relevante o partido comunista para o mundo exterior [...]” (KISSINGER, 2012:737). Ele defendia a ideia de que uma maior liberalização econômica seria o meio de “salvação” da União Soviética.

Quando Gorbachev assumiu o poder, a União Soviética enfrentava problemas. Os gastos e investimentos do país eram concentrados nos desenvolvimento bélico, o desenvolvimento tecnológico era destinado apenas para fins militares, não atingindo as demais áreas de produção, gerando um atraso perante os outros países, principalmente aos Estados Unidos. Além disso, essa falta de desenvolvimento tecnológico em outras áreas que não a bélica mantinha a agricultura atrasada, por exemplo, com isso, chegou um momento em que o país não conseguia mais exportar seus produtos primários e o que produzia na agricultura não conseguia mais suprir as necessidades da população soviética. Foi diante disso que várias crises e manifestações populares ocorreram, fazendo com que Gorbachev tomasse decisões para sanar tais problemas.

Segundo KISSINGER (2012) Gorbachev programou dois planos de reforma no país visando solucionar os problemas existentes. Tais planos ficaram conhecidos como *Perestroika*, que foi uma reconstrução da economia soviética e a *Glasnost*, que consistia na liberalização política do país.

A economia soviética era centralmente planejada, toda a produção do país era controlada pelo governo e não pelo mercado, desse modo, com a implantação da

Perestroika a produção passou a ser regida pela economia de mercado. Além da reestruturação econômica, houve mudança nos gastos públicos, diminuíram-se os investimentos no âmbito da defesa para investi-los em políticas de bem estar social, de modo a melhorar a qualidade de vida dos soviéticos. Já a Glasnost concedia maior liberdade de expressão à população e uma maior transparência das políticas públicas.

Desse modo, ao mesmo tempo em que essas novas políticas tinham uma boa aceitação popular, elas acabaram enfraquecendo o regime comunista, uma vez que trouxe uma maior democratização a um governo que tinha como princípio o controle total das ações sociais, políticas e econômicas do Estado.

“A causa principal da derrota soviética e, junto com ela, a queda de praticamente todos os regimes comunistas do mundo no período entre 1989 e 1991, foi a impossibilidade de estimular crescimento e prosperidade suficientes para assegurar a legitimidade dos regimes comunistas”. (LOUBAUER, 2005: 209).

De acordo com LOUBAUER (2005), o socialismo começa a “ruir” na União Soviética, em 1989, o Muro de Berlim é derrubado e posteriormente, em 1991, a União Soviética tem seu fim. “No final de 1991, as democracias venceram a Guerra Fria. A ideia de democracia acabou prevalecendo sobre a estagnação do sistema comunista.” (LOUBAUER, 2005: 216).

2.3 Reflexos da Guerra Fria na América Latina e no Cone Sul:

Embora os maiores destaques da Guerra Fria sejam feitos em torno da Europa, outras partes do mundo sofreram com os seus desencadeamentos. A América Latina foi um grande exemplo desses desencadeamentos. Após a Revolução Cubana, de 1959, que originou o primeiro regime socialista nas Américas, os Estados Unidos passaram a assistir de perto os demais países latino-americanos, a fim de evitar a expansão da doutrina socialista nos mesmos, garantindo que todos continuassem do lado capitalista.

Desse modo, a Guerra Fria teve um reflexo direto nas ditaduras militares dos países do cone sul. Colocar a ditadura em funcionamento era uma forma de tirar do poder ou evitar a tomada de poder de simpatizantes do comunismo. Assim, inspirados nos ideais e políticas capitalistas, ditadas pelos Estados Unidos e na maioria das vezes patrocinado e auxiliado pelos mesmos, entre as décadas de 1960 e 1970, os países sul-

americanos vivenciaram o período das ditaduras militares. Dentre os países do cone-sul, o primeiro a adotar a ditadura foi o Paraguai, no ano de 1954; posteriormente o Brasil, em 1964; seguido da Argentina, em 1966; Bolívia, em 1971; Chile, em 1973 e o Uruguai, em 1973.

Ao pesquisar a formação de Estados autoritários na América do Sul, Touraine ressaltou que as ditaduras foram instrumentos de defesa de um capitalismo em crise e acossado por pressões sociais. Os golpes eclodiram justamente no momento de penúria econômica e de ebulição dos movimentos populares. Os militares não tinham um projeto único de nação, segundo Touraine, mas foram unânimes na missão de eliminar a ameaça comunista e destruí o que restava do modelo nacional-popular (Juan Domingo Perón, na Argentina; Salvador Allende, no Chile; João Goulart, no Brasil). (MARIANO, 2006:15).

Foi sob o espírito norte-americano de contenção do comunismo e repressão dos opositores do regime capitalista e seus governos que surgiu, na década de 1970, a aliança político-militar que ficou conhecida como Operação Condor, composta pelos países do Cone Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai).

As ditaduras militares surgidas nesse período na América do Sul se diferenciaram das precedentes ditaduras caudilhistas, uma tradição no continente, pois não consistiam na elevação de um líder militar à condição de “salvador da pátria”, em condições de anomia social (escasso desenvolvimento e configuração das classes sociais, de seus interesses organizados, de tradições políticas e de autogoverno). Eram, ao contrário, ditaduras *institucionais* das Forças Armadas, destinadas a combater desenvolvimentos evolucionários da classe operária, dos camponeses e da juventude, ditaduras com apoio e inspiração direta dos governos dos EUA. Com a chamada Operação Condor, e antes dela, as ditaduras se coordenaram para combater o ativismo revolucionário para além de suas próprias fronteiras.” (COGGIOLA, 2012:170).

Capítulo 2 – A Operação Condor

O segundo capítulo da presente monografia trata da estruturação da Operação Condor, aliança político-militar entre os países do Cone Sul, durante a década de 1970. A Condor foi formalizada no ano de 1975, historicamente a mesma compreende o período da *détente* (1969-1979), a terceira fase da Guerra Fria. Como consequência do desenrolar de tal guerra, os olhos norte-americanos se voltavam ainda mais para a contenção comunista, e no Cone Sul não foi diferente.

Conforme dito no Capítulo I, a Guerra Fria refletiu-se no Cone Sul desde a Revolução Cubana (1959), uma vez que os Estados Unidos dedicaram-se a incentivar, auxiliar e muitas vezes patrocinar golpes militares no continente americano, a fim de evitar a expansão do comunismo nesses países. Para isso, foram elaboradas estratégias de perseguição aos opositores dos regimes militares e a principal e mais cruel delas é o tema dessa monografia: A Operação Condor.

2.1 O surgimento da Operação Condor

As ações e intercâmbios de informações entre os órgãos de repressão das ditaduras sul-americanas já existiam antes da oficialização da Operação Condor. Não se tratavam de ações totalmente estruturadas e articuladas como nos tempos da Condor, mas já se faziam eminentes.

As ditaduras já colaboravam entre si, desde a década de 1960, mas de forma eventual e improvisada. Normalmente, eram “acordos de cavaleiros” entre dois países interessados em debelar algum foco de subversão. Com a Operação Condor, elas sistematizaram a cooperação em todo o Cone Sul, tornando permanente o que antes era ocasional”. (MARINHO, 2006:17).

Dentre essas ações conjuntas de perseguição a opositores dos regimes vigentes, bem como do combate a expansão do comunismo, uma em especial se destacou; o bombardeamento do palácio presidencial do Chile, por Augusto Pinochet Ugarte, em 1973, que depôs o então presidente Salvador Allende. Tal fato é considerado por DINGES (2005) como um dos primeiros passos para o surgimento da Operação Condor.

O golpe de Estado de Pinochet não foi somente uma tomada de poder pelos militares, fato que já ocorrera às dúzias nas décadas anteriores. Foi o início de uma guerra total justificada como “guerra ao terrorismo”, cujos alvos principais eram as forças políticas que, para Pinochet e seus aliados, estavam infectando seus países com o câncer estrangeiro da revolução comunista. (DINGES, 2005:20).

Salvador Allende foi eleito, democraticamente, como presidente do Chile em 1970, sendo o primeiro governante de caráter socialista, na América, eleito por eleições democráticas. Tal caráter socialista já preocupava os Estados Unidos desde que Allende se candidatou, posteriormente a perseguição ao seu governo se deu quando o mesmo iniciou a nacionalização das minas de cobre no Chile, que ocasionou um enorme descontentamento entre as empresas norte americanas e europeias desse ramo. Além disso, promoveu a reforma agrária no país, fato esse que ocasionou a oposição da elite local ao seu governo.

Diante das ações de Allende, do descontentamento norte americano e das elites chilenas, em 1973, com o apoio dos Estados Unidos, Augusto Pinochet Ugarte, então líder das Forças Armadas chilenas, aplicou o Golpe de Estado no país. Após ter seu palácio bombardeado pelo ditador Ugarte, Allende recusou render-se e se suicidou dentro do palácio presidencial.

O golpe de Estado de Pinochet não foi somente uma tomada de poder pelos militares, fato que já ocorrera às dúzias nas décadas anteriores. Foi o início de uma guerra total justificada como “guerra ao terrorismo”, cujos alvos principais eram as forças políticas que, para Pinochet e seus aliados, estavam infectando seus países com o câncer estrangeiro da revolução comunista. (DINGES, 2005:20).

Com o golpe, Pinochet ganhou a reputação de uma espécie de anjo vingador anticomunista. [...] ele dizimou o maior e mais bem organizado efetivo esquerdista da região. Agiu primeiro com prisões em massa, campos de concentração e execuções sumárias nos dias e semanas que se seguiram o golpe. Depois passou à tarefa mais árdua de erradicar os grupos de oposição clandestinos. Para isso, criou uma nova força de Inteligência, que só prestava contas a ele: a Dina. (DINGES, 2005:32).

A partir golpe implantado, da realização da “limpeza” dos “subversivos” internos, o plano do ditador foi mais ousado, ele visava expandir a ação para fora do Chile: “a meta principal tornou-se rapidamente a erradicação de todos os vestígios de movimentos políticos afins ao de Allende – em toda a América Latina.” (DINGES, 2005:20).

No final de 1975, a nova tática tinha alcançado uma vitória quase total dentro do Chile, e Pinochet e seu chefe do Serviço de Inteligência voltaram a atenção para o exterior. (DINGES, 2005:32).

Foi com o intuito de expandir essas perseguições anticomunistas que Pinochet enviou em outubro de 1975 um convite aos representantes da Inteligência dos países do Cone Sul para o chamado “Primeiro Encontro de Trabalho Interamericano sobre Inteligência Internacional”. As despesas com a viagem e as hospedagens ficariam por

conta da Dina (Direção de Inteligência Nacional do Chile). Foram convidados para a conferência os representantes do Uruguai, Paraguai⁸, Bolívia, Brasil e Argentina.

Segundo DINGES (2005), a conferência ocorreu entre 25 de novembro 1975 e 1º de dezembro de 1975, “os trabalhos foram guiados pela Direção de Inteligência Nacional (DINA), a superpolícia secreta de Pinochet, comandada pelo coronel Manuel Contreras”. (MARIANO, 2006:17). A finalidade da conferência era a formalização das ações conjuntas que já haviam sido executadas no início daquele ano, em parceria com as agências de segurança do Paraguai e da Argentina, desse modo, Contreras propôs a criação de uma aliança secreta que perseguisse e capturasse opositores aos regimes vigentes nos países do Cone Sul. “A ideia era fazer com que os Serviços de Segurança reunissem forças para perseguir e capturar “terroristas” de todas as nacionalidades, onde quer que residissem”. (DINGLES, 2005:21). Assim, em 28 de novembro de 1975, foi assinada oficialmente a ata de fundação pelos representantes das delegações dos países participantes da Conferência.

2.2 Fase I da Operação Condor.

De acordo com DINGES (2005) a primeira reunião foi realizada no dia 26 de novembro de 1975, em Santiago, no Chile, e contou com a presença dos chefes dos Serviços de Inteligência de cinco dos seis países participantes. Representando a Argentina foi enviado o capitão da Marinha, Jorge Casas; representando a Bolívia foi o major do Exército Carlos Mena; o Uruguai foi representado pelo coronel do Exército José A. Fons, representando o Paraguai, Benito Guanes Serrano, coronel do Exército, e por fim, como representante do Chile foi o chefe da Dina e coronel do Exército, Manuel Contreras Sepúlveda.

Já no caso brasileiro é importante frisar que o mesmo enviou uma delegação apenas como observadora para representá-lo na primeira reunião de formação da Operação Condor, sendo que a mesma não assinou a Ata de Fundação. Desse modo, apesar de não constava em tal Ata o nome representantes enviados, contudo, o jornalista Luiz Claudio Cunha, por meio de pesquisas realizadas anos após a aliança repressiva,

⁸ *Invitación del Jefe de Inteligencia de Chile*. Outubro de 1975. p.151. <
<http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB239b/PDF/19751000%20%5binvitaacion%5d.pdf>>
Acessado em 10 de janeiro de 2015.

descobriu o nome dos enviados brasileiros, nomes esses que serão abordados no Capítulo III da presente monografia. “A descrição já projetava o papel que o Brasil teria na Condor: adesão com reservas, participaria eventualmente e quanto interessasse”. (MARIANO, 2006:19)

Sendo assim, a reunião iniciou-se com a devida recepção feita por Pinochet aos demais presentes, com duração de noventa minutos. Posteriormente aos cumprimentos de Pinochet, o coronel Manuel Contreras, chefe da Dina, tomou frente e passou a dirigir a reunião.

Esse relato dos procedimentos secretos daquele encontro é baseado no depoimento de testemunhas de uma testemunha ocular do encontro e em dois documentos entregues aos participantes. Um dos documentos é o programa e a agenda de eventos; o outro é a resolução final com a assinatura dos chefes das delegações dos países que ingressavam na nova organização do Chile. Alguns detalhes adicionais são fornecidos pelos documentos e por fontes da CIA e do FBI. (DINGES, 2005:33).

Contreras trazia em seu discurso que os países estavam sendo atacados politicamente, economicamente e militarmente, tanto dentro de seus territórios como fora deles e quase nada estava sendo feito para parar com esses ataques, eram realizados apenas acordos. “A cooperação informal do passado não era mais suficiente para combater essa “guerra psicopolítica”, argumentava Contreras.” (DINGES, 2005:34). Assim, Contreras:

Delineou sua proposta em três fases do que ele chamou de “coordenação efetiva”. A Fase Um, relativamente inócua, era descrita em detalhes nos documentos. Requeria a criação de um Centro Coordenado no Chile para colher, trocar e comunicar informações sobre pessoas e organizações ligadas à “subversão”. O centro devia ser “similar ao que a Interpol tem em Paris, mas dedicado à subversão”. (DINGES, 2005:34).

Desse modo, foi durante essa conferência que foram traçadas as estruturas e os meios que os países utilizariam para a coleta, o armazenamento e a troca de informações referentes a todos os considerados subversivos na região. Tais aspectos compreendem a primeira fase da Operação Condor. Segundo a ata da *Primera Reunion de Trabajo de Inteligência Nacional*, de 29 de outubro de 1975⁹, seria criada uma moderna sede de armazenamento de informações, bem como um Banco de Dados sobre os considerados subversivos e por fim “o estabelecimento de reuniões de trabalho regulares entre os chefes de inteligência dos países-membros”. (CARDOZO, 2009: 33).

⁹ *Primera Reunion de Trabajo de Inteligência Nacional*, 29/10/1975, p.155/156. <<http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB239b/PDF/19751000%20Primera%20reunion%20de%20Trabajo%20de%20Inteligencia%20Nacional.pdf>> Acessado em 10 de janeiro de 2015.

Desse modo, segundo MARIANO (2006), foi acordado entre os países participantes a criação de um “Escritório de Coordenação e Segurança” no qual deveria conter o “Banco de Dados”, que seria formulado e alimentado pelos países participantes da Operação, e guardaria fichas e documentos com informações sob os subversivos ou atividades relacionadas à subversão. A sede do “Escritório” foi instalada no Chile, que ficou encarregado de centralizar todas as informações coletadas. Muito embora a sede estivesse em território chileno às ações deveriam ocorrer “independentes de uma ordem vinda do comando central, ou seja, os agentes agiriam de acordo com o seu superior hierárquico imediato ou mais próximo”. (CARDOZO, 2009:32).

Segundo DINGES (2005), além da criação desse Banco de Dados, inspirado pela estrutura da CIA, que possuía uma equipe dentro do serviço de Inteligência da Venezuela, Contreras propôs ao serviço da Operação Condor que cada país deveria possuir ao menos um representante da Inteligência, sendo que estes deveriam representar cada um dos outros países-membros. Ou seja, a proposta envolvia um trabalho mais direto e pessoal entre representantes da Operação.

Além disso, segundo os documentos do Condor, cada país tinha o direito e a obrigação de fornecer uma “equipe técnica” para integrar o Centro de Coordenador, o quartel-general e o banco de dados do Chile. O pessoal de outros países que ali trabalhava possuía imunidade diplomática. O sistema criou assim uma elaborada infraestrutura de Inteligência multilateral com um escritório central no Chile e filiais em cada país. Esses elementos-informação, comunicação e a colocação de pessoal operacional-geraram uma enorme capacidade potencial de atividade internacional. (DINGES, 2005:190).

Para a realização do armazenamento dos dados coletados e compartilhado pelos Serviços de Inteligência dos países-membros foi sugerido por Contreras a utilização de computadores, o que demonstrou um avanço tecnológico na região, uma vez que na metade da década de 1970 quase não existiam computadores na América Latina. Há indícios, como o relato do agente Scherrer¹⁰, de que tais computadores chegaram à região com o auxílio norte-americano:

O agente Scherrer, do *FBI*, disse ter sido informado que a *CIA* forneceu à Dina os sistemas de computador e o treinamento que, segundo ele, presumia, eram utilizados no banco de dados do Condor. (DINGES, 2006:186).

¹⁰ Robert Scherrer era agente do FBI (Federal Bureau of Investigation) em Buenos Aires.

A comunicação entre os serviços de Inteligência dos países ficaria por conta do telex¹¹ e por uma “rede de rádio continental”. O nome que o sistema que utilizava o telex recebeu foi “Condortel”. Inicialmente as mensagens eram transmitidas por meio de um código obsoleto, no qual eram trocadas apenas as letras. Posteriormente, foi instalada em todos os aparelhos uma ferramenta que criptografava as mensagens automaticamente.

Contreras delegou ainda importantes funções dentro do aparelho da Condor a alguns dos oficiais chilenos bem capacitados, afinal, os mesmos haviam sido treinados para atuar no serviço de inteligência chilena antes mesmo do surgimento da Operação:

Sabemos a quais desses oficiais foram atribuídas tarefas no empreendimento internacional de Contreras: ao coronel da Força Aérea Mario Jahn, coube o projeto de internacionalização em geral; ao tenente-coronel Pedro Espinoza, coube a conexão com a inteligência brasileira e mais tarde a chefia das operações; ao major Raul Eduardo Iturriaga Neumann, a chefia do Departamento Exterior da Dina (e o oficial que mantinha a correspondência diária com Arancibia em Buenos Aires); e por fim ao capitão Cristoph Willeke, um jovem oficial que tinha acompanhado Contreras e Espinoza a Washington, a direção do Departamento Exterior em 1976. (DINGES, 2006:181).

Desse modo foram definidos os meios de comunicação que seriam utilizados entre os países, as formas de armazenamento de dados e delegados os encarregados chilenos para atuar nos encargos da operação. A estrutura da Operação Condor estava formada.

A estrutura tomou forma e teve seus objetivos definidos: coordenação, cooperação e aprofundamento do combate antissubversivo; levantamento, intercâmbio e armazenamento de informações e inteligência sobre atividades dos “inimigos internos”; deslocamento clandestino de agentes e realização de operações conjuntas contra elementos “terroristas” nos países membros; formação de equipes especiais para viajar a qualquer país fora da região a fim de realizar ações contra opositores. Em tese, a dinâmica de atuação previa três fases: a primeira, visando, principalmente, à formação de um banco de dados regional; a segunda, desencadeando ações de monitoramento, controle e vigilância sobre a oposição política na região; a terceira, a realização de tarefas fora do Cone Sul. (PADRÓS, 2009: 59).

2.3 Fase II da Operação Condor: Ações Regionais.

Diferente da primeira fase, que consistia apenas na troca de informações referentes aos “subversivos” de cada país participante, a segunda e a terceira fase partiam para a ação, que eles chamavam de “operação”. DINGES (2005) apresenta a diferença entre as palavras “operações” e “informações” dentro dos Serviços de

¹¹ “Telex é um sistema de comunicação de texto ponto-a-ponto, amplamente usado até se tornar obsoleto com a invenção do fax e do e-mail. Tanto o remetente quando o destinatário da mensagem precisavam de um equipamento especial, semelhante a uma grande máquina de escrever, e a comunicação é estabelecida por meio de uma linha telefônica reservada para esse fim.” (DINGES, 2006:186).

Inteligência. Operações têm como intuito o planejamento e a execução de uma ação que alcançasse os objetivos dos seus formuladores; no caso da América Latina, na “[...] década de 70, *operação* era a palavra usada para sequestro, interrogatório sob tortura e extermínio” (DINGES, 2005:35). A “ação” é o que distingue a fase I das fases II e III.

Sendo assim, a fase dois consistia em ações conjuntas que deveriam ser realizadas dentro do território dos países participantes da Operação, ou seja, dentro do Cone Sul. Sua formulação foi decidida durante a reunião de fundação da aliança repressiva, conforme consta na ata final da Condor¹². Foi por meio dessas ações que ocorreram sequestros de prisioneiros, isto é, não havia registros oficiais de entrada ou saída dos mesmos, “bem como envio dos agentes das forças de segurança.” (CARDOZO, 2009: 33). Foi através dessa aliança que tais países foram capazes de capturar até os refugiados no exterior.

Nessas operações, a forma de ação básica dos serviços de segurança consistia em compartilhar informações sobre os opositores políticos presentes em outro país. Em seguida, um dos países ou ambos se encarregariam de vigiar e capturar o alvo, que era então submetido a interrogatório, muitas vezes sob tortura. Os relatórios obtidos no interrogatório eram compartilhados, e caso solicitado, o prisioneiro era transportado ilegalmente ao seu país de origem, onde provavelmente era executado. (CARDOZO, 2009:33).

Esse modelo utilizado para a implantação da fase II provinha de uma operação realizada e concluída, em parceria, pelo Chile, Argentina e Paraguai, alguns meses antes da primeira reunião, em novembro de 1975. Tal operação consistiu na captura de dois esquerdistas no Paraguai. Os dois, um chileno e o outro argentino, tinham o intuito de realizar uma missão em diversos países da América Latina, a fim de angariar novos adeptos de esquerda para formar a nova Junta de Coordenação Revolucionária. Posterior à captura, os Serviços de Inteligência do Chile e da Argentina foram até a cidade de Assunção-Paraguai para realizar o interrogatório com os “prisioneiros”. Com a autorização paraguaia, o prisioneiro chileno foi levado ao Chile, onde foi realizado um interrogatório clandestino. Depois disso, o prisioneiro foi mantido preso mais quatro meses e depois desapareceu. Tal operação foi mais uma das auxiliadas pelo FBI.

Após essa “bem-sucedida” operação, a segunda fase foi realizada da seguinte forma:

¹² Ata de fundação da Operação Condor, p.2 <<http://www.documentosrevelados.com.br/condor-2/operacao-condor/ata-de-fundacao-da-operacao-condor-2/>> Acessado em 15 de janeiro de 2015.

Os Serviços de Inteligência trocariam informações, permitindo que cada um acompanhasse o paradeiro e os movimentos dos alvos inimigos presentes em outros países. Um dos países ou ambos se encarregariam de vigiar e capturar o subversivo; todos os países interessados participariam do interrogatório. Os relatórios baseados no interrogatório seriam partilhados, e, caso solicitado, o esquerdista apreendido seria transportado ao seu país natal para novos interrogatórios e eventual execução. A tortura era parte inevitável e integral do processo de interrogatório em todos os países. Sob o sistema, os prisioneiros em países vizinhos podiam ser interrogados simultaneamente, com base em trocas rápidas de perguntas e dados entre os interrogados. Os documentos capturados em ataques deveriam ser copiados e trocados para serem analisados em casa país. (DINGES, 2005:36).

2.5 Fase III da Operação Condor: Ações Globais.

No encontro de fundação da aliança repressiva do Cone Sul, ficou agendado, de acordo com a Ata de Fundação da Operação Condor¹³, que o próximo encontro dos chefes dos serviços de segurança signatários se daria em junho do ano seguinte. Sendo assim, o encontro aconteceu conforme acordado, na sede da Dina, em Santiago, no Chile.

No encontro, as forças de segurança do Condor tomaram uma decisão importante, a Fase Um – troca de informações, banco de dados e sistema de comunicação – e a Fase Dois – operações conjuntas nos países uns dos outros – estavam funcionando bem. As operações conjuntas haviam quase eliminado a liderança a liderança e a infra-estrutura da JCR no Chile, Bolívia, Uruguai e Argentina. Agora o Chile, a Argentina e o Uruguai – os três países mais militantes – concordavam em passar para a Fase Três: operações conjuntas fora da América Latina para perseguir e assassinar inimigos que operavam a partir do exílio. (DINGES, 2005:245).

A terceira fase da Operação Condor foi a mais secreta das três, sendo classificada desse modo em um relatório do FBI¹⁴, publicado em setembro de 1979. O relatório traz que nessa fase, equipes especiais de inteligência dos países membros da aliança repressiva viajariam para qualquer parte do mundo atrás de “terroristas” ou de adeptos as organizações “terroristas” que fossem naturais de algum dos países da aliança. Essa expansão para além da América Latina é que diferencia a terceira da segunda fase.

A forma de ação consistia em, se um “terrorista” ou defensor de uma “organização terrorista” de um país-membro da Operação Condor fosse localizado num país europeu, uma equipe especial seria despachada para localizar e vigiar o alvo. (CARDOZO, 2009:43).

¹³ Ata de fundação da Operação Condor, p.2 <<http://www.documentosrevelados.com.br/condor-2/operacao-condor/ata-de-fundacao-da-operacao-condor-2/>> Acessado em 15 de janeiro de 2015.

¹⁴ The National Security Archive. Chilbom/Condor, 28/09/1976, p.1 <<http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB8/docs/doc23.pdf>> Acessado em 15 de janeiro de 2015.

Uma vez que os chamados “terroristas” eram localizados e vigiados, uma segunda equipe era enviada para realizar a “real sanção” contra o alvo. O relatório traz ainda que a equipe enviada utilizaria documentos falsos para adentrar nos países e poderia ser composta por membros de um mesmo país ou por uma mistura de membros dos países participantes da aliança.

O plano de Contreras para a fase III foi ousado, ele pretendia perseguir e assassinar os subversivos em países além da América Latina. O coronel José Fons, que esteve como representante do Uruguai na reunião que oficializou a Operação Condor, disse em uma entrevista telefônica, no ano de 2002:

O Chile propôs operações para eliminar inimigos em todo o mundo, para eliminar as pessoas que estavam causando dano a nossos países, pessoas como Latelier. Essa operação exigia muita preparação, uma operação muito bem feita. O Chile tinha os recursos e a vontade de operar. Repito, o Chile tinha a vontade de operar. (DINGES, 2005:37)

O plano de Contreras para a Terceira Fase chegou a assustar alguns dos pertencentes dos Serviços de Inteligência, até mesmo a CIA que foi notificada sobre essa intenção de expandir as ações para além da América Latina e se colocou contra a expansão da Operação, em julho de 1976, vinte e oito dias antes do atentado contra Orlando Latelier, nos Estados Unidos, fato esse que será tratado no próximo tópico do presente capítulo.

Os funcionários redigiram um telegrama urgente e ultraconfidencial. Assinado pelo secretário de Estado Henry Kissinger, o texto instruía os embaixadores americanos no Chile, na Argentina e no Uruguai a entrar em contato com a hierarquia mais elevada possível daqueles governos para deixar claro que os Estados Unidos tinham conhecimento dos planos e se opunham a eles. A linguagem era diplomática, entremeada de afirmações tranquilizadoras de que os Estados Unidos partilhavam a meta dos governos latino-americanos de derrotar o terrorismo e a subversão, mas a mensagem que os embaixadores deveriam comunicar era inequívoca: sabemos o que vocês estão planejando, não o façam. (DINGES, 2005:25).

Mesmo com as instruções de Kissinger para que a Operação não fosse executada, o Chile, a Argentina e o Uruguai ignoraram o aviso e mantiveram os planos, afinal nenhum dos embaixadores passou o aviso de Kissinger as referentes embaixadas. Desse modo, no dia 21 de setembro de 1976, ocorreu em Washington, DC, a principal ação dessa terceira fase, e talvez o principal atentado sob as asas do Condor, o assassinado de Orlando Letelier.

2.5.1 Assassinato de Orlando Letelier.

Orlando Letelier foi embaixador do Chile nos Estados Unidos durante o governo de Salvador Allende, além de ter sido ministro das Relações Exteriores, do Interior e da Defesa no governo de Allende. Mais que isso, foi o braço direito de Allende, e apoiou sua campanha desde o início, por esta razão, tornou-se o principal rival e alvo do ditador Pinochet.

Com o golpe de Estado de Pinochet, apoiado pela CIA, em 1973, Letelier foi detido diversas vezes, torturado, enviado a campos de concentração, até que se exilou nos Estados Unidos. Lá iniciou discussões sobre abusos dos regimes ditatoriais e “iniciou um poderoso lobby contra a ditadura chilena no Congresso Americano, que resultou no fim da ajuda militar ao Chile por parte dos EUA” (CARDOZO, 2009:44), motivo esse que agravou ainda mais a perseguição de Pinochet contra o mesmo. Ademais, Letelier “[...] era uma figura política de destaque, sendo um dos possíveis candidatos à presidência do Chile em uma eventual volta do país a democracia”. (CARDOZO, 2009:44). Tais motivos aumentaram ainda mais a perseguição de Pinochet ao político exilado.

Desse modo, em 21 de setembro de 1976, uma bomba foi implantada no carro de Letelier, por Michael Townley¹⁵ a mando da Dina, em Washington, DC, onde o mesmo encontrava-se exilado. Como resultado Letelier e sua auxiliar Ronnie Moffit, que também estava no carro, morreram na hora.

O atentado chocou os Estados Unidos, por ter sido um ataque terrorista estrangeiro em território americano, um crime arquitetado pelo Chile, um aliado americano e “[...] por uma força de segurança treinada e com laços íntimos com os militares norte-americanos e com a CIA”. (DINGES, 2005:284). Após apurações e investigações sobre o fato, foi constatado que a polícia secreta do Chile, a DINA, a mando do general Pinochet e sobre as asas da Operação Condor, foi a responsável pelo atentado que matou Orlando Letelier.

Capítulo III – Participação brasileira na Operação Condor.

¹⁵ Agente da CIA que trabalhava para a DINA.

Para comprovar a atuação brasileira na Operação Condor, este capítulo, o terceiro da presente monografia, se iniciará com o desenvolvimento e apresentação dos principais acontecimentos no que tange a repressão dos dissidentes brasileiros tanto no cenário interno, como no externo, durante o início da Ditadura Militar (1964) até a o período que compreende a Operação Condor (1975-1980), para que desse modo, seja possível compreender o cenário interno que possibilitou a participação do Brasil tal aliança.

3.1 Política externa brasileira: construção do cenário da Operação Condor.

Para compreender a participação brasileira na aliança político-repressiva denominada Operação Condor é necessário traçar um pequeno histórico de como se deu a perseguição dos dissidentes políticos dentro do país, bem como repercutiu no país o sentimento anticomunista disseminado pelos norte-americanos, no contexto internacional da Guerra Fria.

A análise da perseguição dos dissidentes inicia-se na década de 40, com a opressão ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Posteriormente, na década de 60, com o Golpe Militar e a criação do Sistema Nacional de Informação (SNI) e do Centro de Informação no Exterior (CIEEX), que a repressão ganhou força. Tais foram os principais responsáveis pela coleta de dados sobre os dissidentes, bem como do controle e perseguição dos opositores ao regime militar instaurado em 1964.

Na década de 40, mais precisamente nas eleições de 1945, que elegeu Eurico Gaspar Dutra como presidente do Brasil, que seguidas perseguições a políticos e simpatizantes comunistas tiveram destaque¹⁶. Um dos principais motivos se deu devida a quantidade considerável de votos que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) havia auferido nas eleições daquele ano, assim “O PCB surgia em 1946 como quarto partido do país”¹⁷. (FAUSTO, 1994:402). Somado a essa relevante número de votos do PCB¹⁸,

¹⁶ É importante frisar que outras perseguições a importantes movimentos pró-comunistas já haviam ocorrido, como é o caso, ainda na República Velha, da Coluna Prestes (1925-1927) e posteriormente da Intentona Comunista, em 1935.

¹⁷ O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi formado em março de 1922 e tinha como intuito promover a revolução proletária que substituísse o capitalismo pelo socialismo no país. Desde sua fundação, o partido passou por vários períodos de ilegalidade, como por exemplo, em julho de 1922, o presidente Epitácio Pessoa colocou o PCB na ilegalidade. Em janeiro de 1927 o mesmo volta à legalidade, porém tal fato durou até agosto do mesmo ano. Em outubro de 1945 o partido retornou mais uma vez a legalidade obtendo um considerável número de votos nas eleições do mesmo ano. <

destaca-se o início da Guerra Fria e da eminente preocupação de uma expansão do comunismo no país.

Diante disso, já em 1947, segundo FAUSTO (1994), o Supremo Tribunal Federal cassa o registro do partido sob a alegação constitucional de que as ações e programas do PCB eram contrárias ao regime democrático. Além da cassação do partido, sindicatos ligados ao mesmo foram perseguidos e muitos fechados. No ano seguinte, em 1948, por meio de uma lei aprovada no Congresso Nacional, o PCB tornou-se clandestino fazendo com que os mandatos dos deputados, senadores e vereadores do partido fossem cassados.

No mesmo dia do fechamento do PCB, o Ministério do Trabalho ordenou a intervenção em catorze sindicatos e fechou uma central sindical controlada pelos comunistas. Seguiram-se nos meses seguintes novas ações repressivas, a ponto de haver mais de duzentos sindicatos sob intervenção no último ano do governo Dutra. (FAUSTO, 1994:403).

Posterior às eleições, outro fato gerou uma maior preocupação e atenção, por parte das Forças Armadas brasileira, com os dissidentes do regime democrático: a vitória da Revolução Cubana, em 1959. FAUSTO (1994) traz que após a ascensão de Fidel Castro ao poder que a formulação de uma nova doutrina para as Forças Armadas ganhou força. Para uma parcela dos militares, a vitória de Fidel na Revolução Cubana resultaria na implantação de uma guerra revolucionária, que tinha como objetivo final a implantação do comunismo e para isso, utilizariam desde a guerra psicológica até a luta armada.

Para evitar que tal fato ocorresse no país, as Forças Armadas deveriam ter um papel mais ativo para derrotar os opositores e garantir a segurança do Brasil. Desse modo, as mudanças internas iniciadas no contexto da vitória da Revolução Cubana, somadas ao desenvolvimento da Escola Superior de Guerra (1949) que resultará no nascimento da Doutrina da Segurança Nacional¹⁹, em 1969.

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/PartidoComunista>> Acessado em 25 de janeiro de 2015.

¹⁸ Segundo Fausto (1994), nas eleições de 1945, o PCB: “Elegera dezessete deputados e um senador e alcançara a maioria na Câmara de Vereadores do Distrito Federal. Em São Paulo, os comunistas obtiveram o terceiro lugar no total de votos nas eleições estaduais de 1947, superando a UDN. Calcula-se que o partido contava, em 1946, com cerca de 180 a 200 mil militantes”. (FAUSTO, 1994:402).

¹⁹ A Doutrina da Segurança Nacional (DSN): “Foi gerada no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em agosto 1949, com a assistência de conselheiros franceses e americanos. A missão dos Estados Unidos permaneceu no Brasil de 1948 a 1960.” (FAUSTO, 1994:452). A função da ESG era treinar pessoas a fim de prepara-los para exercer boas funções no planejamento da segurança do país. Diante dos treinamentos, tanto de militares como de civis, nasceu, por meio do Decreto-Lei nº314, de 13 de março de

Apesar dos principais fatos ocorridos nas décadas de 40 e 50, citados acima, terem contribuído para o controle dos considerados subversivos no Brasil, foi após o Golpe Militar de 1964²⁰ que um sistema de inteligência que visava à espionagem e repressão dos dissidentes do país foi de fato institucionalizado, uma vez que os opositores ao novo regime iniciaram denúncias e combates contra o mesmo.

Para tanto, um amplo sistema de informações foi montado, com o objetivo explícito de combater as diversas agremiações políticas que surgiam no país na segunda metade da década de 60, utilizando-se de instrumentos de inteligência para monitoramento e antecipação de ações das esquerdas. Os tentáculos desse sistema iam além das fronteiras nacionais e contaram com a íntima colaboração de importantes autoridades civis nacionais que compartilhavam do ideário autoritário tão característico daquele contexto histórico. (PENNA FILHO, 2008:81)

Segundo PENNA FILHO (2008), o centralizador desse sistema de inteligência foi o Serviço Nacional de Informação (SNI)²¹ que surgiu em 13 de junho de 1964, logo após o Golpe Militar, por meio da LEI Nº 4.341²². O Serviço tinha como finalidade produzir, centralizar e sistematizar as informações que eram geradas pelos serviços secretos militares e “[...] pelas Divisões de Segurança Interna (DSI), criadas no âmbito dos ministérios civis e pelas Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) e o Departamento de Polícia Federal”. (PENNA FILHO, 2008:82). O SNI²³ foi consolidando rapidamente como um enorme e eficiente órgão repressivo, eliminando os focos de oposição à ditadura, por meio de torturas e em alguns casos o desaparecimento desses opositores.

A legislação do SNI permitia a sua atuação apenas dentro do território brasileiro, no entanto, segundo PENNA FILHO (2009), o Golpe forçou o exílio²⁴ de diversos políticos e

1967, A DSN <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acessado em 25 de janeiro de 2015.

²⁰ A Ditadura Militar iniciou-se no Brasil no ano de 1964, com a deposição do então presidente João Goulart e posse do General Castello Brando, e só teve fim em 1985. “O Golpe de Estado buscou impedir a ascensão da esquerda no poder, como também interromper o desenvolvimento de tipo nacional-populista, e colocar o Brasil nos quadros do sistema internacional capitalista a partir de um novo modelo de inserção” (SILVA, 2014:14).

²¹ De acordo com o Site Memórias Reveladas “Os arquivos do SNI formaram-se, inicialmente, com os dados dos arquivos do extinto Serviço Federal de Informação e Contra-informações (SFICI) e do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes)”. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=15>> Acessado em 26 de janeiro de 2015.

²² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htm> Acessado em 26 de janeiro de 2015.

²³ O SNI tinha como órgãos auxiliares de repressão interna: “[...] o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), as diversas Divisões de Segurança Interna (DSI) e o Centro de Informações da Polícia Federal (CI/DPF)”. (PENNA FILHO, 2008:82).

²⁴ Segundo Quadrat (2008) é possível identificar duas gerações de exilados no Brasil durante o período da Ditadura Militar: “A primeira é a geração de 1963, formada por grupos de pessoas mais velhas e com profissão definida; em sua maioria associada aos projetos de reformas de base definidas pelo presidente

parceiros do então deposto João Goulart, tornando necessário acompanhar as atividades desses opositores fora do país, desse modo, em 1966 iniciou-se o Centro de Informação no Exterior (CIEX)²⁵, que atuava como uma conexão do SNI no exterior²⁶.

O CIEX recebeu a incumbência de acompanhar as atividades dos “subversivos” brasileiros que, apesar do exílio, continuavam protestando contra a falta de liberdade política no Brasil, denunciando os maus tratos impostos pelo regime contra os seus opositores ou mesmo conspirando em outros países e articulando o lançamento de ações de guerrilha ou atos de contestação para serem desenvolvidos no Brasil. Mas não eram só os ativistas e militantes políticos que eram perseguidos e monitorados pelo Centro. Quase todo brasileiro no exterior passou a ser visto como um suspeito em potencial, principalmente aqueles que se dirigiam para países ou regiões consideradas como áreas subversivas, seja no Leste europeu ou em países que ainda respeitavam a existência de agrupamentos políticos de esquerda, como o Uruguai ou o Chile antes dos seus respectivos golpes. (PENNA FILHO, 2008:83).

Os anos que seguiram o Golpe de 1964 foram marcados por perseguições, torturas, desaparecimento e morte de dissidentes políticos. Segundo FAUSTO (1994), desde 1966, após os primeiros impactos gerados por essa repressão, os opositores do regime vinham unindo-se, como a mobilização da União Nacional dos Estudantes (UNE) e a oposição de membros da Igreja contra o governo, por exemplo.

Porém o destaque dessas mobilizações como forma de protesto foi o ano de 1968, isso porque “Em vários países, os jovens se rebelaram, embalados pelo sonho de um novo mundo”²⁷. (FAUSTO, 1994:477). No Brasil não foi diferente, o fato que potencializou as movimentações e fez aumentar a ocorrência de novos atos violentos contra o governo,

deposto, ele mesmo um exilado, aos sindicatos e partidos políticos, como o PTB (legal) e o PCB (na ilegalidade). Já a segunda geração de exilados brasileiros é formada a partir de 1968 por militantes jovens, em sua maioria oriundos do movimento estudantil e da luta revolucionária pela via armada”. (QUADRAT, 2008:1).

²⁵ Como primeiro país de atuação do CIEX destaca-se o Uruguai, porque “Além de uma região fronteiriça, que favorecia a fuga de opositores do regime, lá se encontravam duas das figuras mais proeminentes da política nacional exilados após o golpe, a saber, o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola e o presidente deposto, João Goulart. Ambos haviam montado “redes solidárias” de acolhimento a exilados que chegavam ao pequeno país vizinho. Por ser um país democrático e estável a época, era considerado pelos resistentes um porto seguro para a elaboração de estratégias políticas contra a ditadura, um local onde se poderia planejar a volta ao país.” (CASTILHO, 2014:57)

²⁶ Embora o CIEX tenha sido criado oficialmente em 1966, Penna Filho (2008) traz que “O Ministério das Relações Exteriores já detinha alguma experiência no monitoramento das atividades de militares do Partido Comunista Brasileiro no exterior – e, de forma geral, de análise da atuação do movimento comunista internacional, sobretudo após o final da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria. Não é atoa que o Arquivo do Itamaraty possui um fantástico acervo sobre as atividades dos partidos comunistas da América Latina, com especial ênfase para a região do Cone Sul”. (PENNA FILHO, 2008:83).

²⁷ “Nos Estados Unidos, houve grandes manifestações contra a Guerra do Vietnã; na França, a luta inicial pela transformação do sistema educativo assumiu tal amplitude que chegou a ameaçar o governo De Gaulle.” (FAUSTO, 1994:477).

em 1968, foi a morte do estudante Edson Luís²⁸, por policiais militares, durante um protesto que ocorria no Rio de Janeiro. Com isso, foram surgindo passeatas a favor da democracia, greves em sindicatos, enfim, uma ampla mobilização popular contra a ditadura e a repressão.

Ainda sob a ótica de FAUSTO (1994), foi nesse mesmo ano que os grupos das lutas armadas²⁹ iniciaram suas ações no país, dentre elas, a bomba implantada dentro do consulado americano em São Paulo, os assaltos a bancos e carros fortes, a fim de reunir fundos para as lutas armadas, e os sequestros de embaixadores³⁰.

Todos esses fatos eram suficientes para reforçar a linha-dura na sua certeza de que a revolução estava se perdendo e era preciso criar novos instrumentos para acabar com os subversivos. O pretexto para pôr fim à liberalização restrita foi um fato aparentemente sem importância. O deputado Márcio Moreira Alves, eleito pelo MDB da Guanabara, fez um discurso em que concitava a população a boicotar a parada militar de 7 de setembro, sugerindo ainda às mulheres que se recusassem a namorar oficiais que silenciassem diante da repressão ou participassem de atos de violência. O texto do discurso – ignorado pelo grande público- foi distribuído nas unidades das Forças Armadas. Criado o clima de indignação, os ministros militares requereram ao STF fosse aberto um processo criminal contra Moreira Alves, por ofensas à honra e à dignidade das Forças Armadas. O processo dependia da licença do Congresso, que era necessária porque a Constituição de 1967 que estava em vigor garantia a imunidade dos parlamentares. Em uma decisão inspirada, o Congresso, por 216 votos contra 141, negou-se a suspender as imunidades. Menos de 24 horas depois, a 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva baixou o AI-5, fechando o Congresso. (FAUSTO, 1994:479).

Desse modo, em 13 de dezembro de 1968, durante o mandato do presidente Artur Costa e Silva, foi baixado o Ato Institucional Nº5³¹, que caracterizou o período mais duro do Regime Militar brasileiro, dando poder ao presidente da República de fechar o Congresso provisoriamente, além da liberdade de intervenção em Estados e municípios. Por meio desse ato a garantia de *habeas corpus* aos crimes praticados contra a segurança nacional foi também interrompida. Além disso, ficou proibida a liberdade de imprensa, dando início a onda de censura.

²⁸ Edson Luis foi morto durante um protesto no restaurante Calabouço, um restaurante popular mantido pelo governo da cidade do Rio de Janeiro. Os manifestantes protestavam contra a má qualidade das refeições quando a Polícia Militar invadiu o local. Edson foi baleado e morto e virou símbolo da cauda estudantil. <<http://www.oieduca.com.br/biblioteca/que-dia-e-hoje/morte-do-estudante-edson-luis-um-simbolo-na-causa-estudantil.html?sniweleduca=efaf>> Acessado em 28 de janeiro de 2015.

²⁹ Dentre os grupos, destacam-se a Aliança de Libertação Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

³⁰ Como foi o caso, em 1979, do embaixador norte-americano Charles Burck Elbrick, sequestrado, na cidade do Rio de Janeiro, pelo MR-8 em parceria com a ALN.

³¹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm> Acessado em 28 de janeiro de 2015.

A partir do AI-5, o núcleo militar do poder concentrou na chamada comunidade de informação, isto é, naquelas figuras que estavam no comando dos órgãos de vigilância e repressão. Abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e expurgos no funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários. Estabeleceu-se na prática a censura dos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos do governo. (FAUSTO, 1994:480).

Foi diante desse cenário de repressão montado e desenvolvido no Brasil durante as décadas de 50 e 60, bem como com a intensificação do controle tanto interno, quanto externo dos opositores ao regime ditatorial implantado no país por meio do Golpe Militar, de 1964, que é possível perceber os primeiros indícios da participação brasileira na Operação Condor.

Entretanto, muito antes da estruturação dessa internacional repressiva regional [Operação Condor], jogavam-se as redes policiais e militares no Cone Sul. Efetivamente, a partir de 1964, consumado o Golpe e consolidada a ditadura no Brasil, iniciou-se uma dinâmica de produção de exilados que passaram a atuar politicamente, além fronteiras. (PADRÓS; MARÇAL, 2009: 36)

Além dessas ações, realizadas antes da Operação que aqui se trata tomar forma, terem ajudado, de maneira bastante importante e representativa a moldar o cenário e a posição do Brasil durante as ações providas propriamente durante a Operação Condor, o presente trabalho traz ainda alguns pontos principais da política do presidente Ernesto Geisel, uma vez que o seu governo foi de 1974-1979, período esse que correspondeu a Operação Condor (1975-1979).

3.1.2 Governo de Ernesto Geisel (1974-1979).

Dada a importante participação deste presidente, portanto, no que diz respeito à participação brasileira nesta Operação, aqui será feita uma breve análise dos principais pontos da política desse governo, as quais apresentavam fortes relações com um posicionamento que viria a se relacionar com aquele promovido na Condor.

Geisel embora fosse militar, pertencia a parte mais moderada do Exército, sendo assim, pretendia no seu governo combater os chamados “Linha Dura”³², que eram seus opositores, e garantir a transição “lenta, gradual e segura” da política brasileira.

³² Segundo Elio Gaspari: “A expressão “linha dura”, que começou a ser empregada pouco depois do golpe de 1964, se referia aos militares radicais que defendiam o endurecimento do regime. Mas também serviu para caracterizar os que atravessavam a fronteira da indisciplina. Espalhada pelos quartéis e à direita do regime, a “linha dura” se opunha à vontade do então presidente Castello Branco de limitar os poderes

Com a instauração do citado AI-5 no país, as perseguições e torturas aos dissidentes se tornaram eminentes. Desse modo, ao assumir a presidência, Geisel passou a controlar os crimes de tortura, bem como prender torturadores, uma vez que o mesmo era aliado a partidos que pretendiam restaurar a democracia no país, no entanto, segundo SPEKTOR (2004), não era explicitado como se daria e se seria transição da ditadura para a democracia.

Ao chegar ao poder em março de 1974, Ernesto Geisel e seu grupo haviam decidido iniciar um processo de liberalização política batizado de *abertura*. Assim como Gorbatchov o faria anos mais tarde, Geisel falava em transição de regime autoritário para uma situação vaga, nunca explicitada. Não se falava de uma transição do autoritarismo para a democracia. A noção de que a liberalização política no Brasil culminaria com um governo civil eleito pelo povo não ocorreu até muito mais tarde. (SPEKTOR, 2004: 210).

No âmbito da política interna do Brasil, Geisel anunciou a “abertura lenta e gradual” do país, diminuindo a guerrilha, afinal as torturas e mortes geradas pela ditadura passaram a ser questionadas pela sociedade³³.

Em retrospectiva, a abertura incluiu: o progressivo fim da censura à imprensa, a redução do poder e independência da comunidade de informações, o abandono da prática das prisões políticas, fortalecimento da hierarquia militar, a anistia de exilados políticos e a imposição de uma nova lei eleitoral enviesada a favor do partido governante. Essa agenda coexistiu com o uso político de tortura e terrorismo de Estado, a censura e a intervenção oficial em sindicatos e no Congresso Nacional. A abertura teve altos e baixos, evoluindo de forma não-linear. A liberalização era uma briga sem final definido na qual nenhum ator político sabia ao certo como e quando se chegaria a um fim. Assim, o regime militar brasileiro levou dez anos para consolidar-se (1964-1973) e mais quinze anos para instituir eleições presidenciais universais e competitivas (1974-1989). (SPEKTOR, 2004: 211).

No entanto, embora Geisel tivesse diminuído a guerrilha, FAUSTO (1994) traz que os militares da linha-dura continuavam enxergando dissidentes por toda parte e defendendo a ideia que o país ainda não estava isento do ataque dos “subversivos”, desse modo, “Continuavam também a prática de tortura, acrescida do recurso ao “desaparecimento” de pessoas mortas pela repressão.” (FAUSTO, 1994:491).

Primeiramente, a ditadura brasileira aderiu ao esquema de articulação no Cone Sul apesar de não estar no mesmo nível repressivo em relação à Argentina, ao Chile e ao Uruguai. Quando foi criada a Operação Condor, no final de 1975, o Brasil anunciava a distensão “lenta e gradual”, havia desmantelado a guerrilha,

excepcionais de que dispunha, a fim de normalizar a vida política nacional.” Disponível em <http://arquivosdeditadura.com.br/documento/galeria/linha-dura-regime-visao-presidente-geisel>.

³³ Como foi o polêmico caso do jornalista Vladimir Herzog, da Tv Cultura que foi intimado em outubro de 1975, a comparecer na DOI-CODI de São Paulo: “Ele era suspeito de ter ligações com o PCB: Herzog apresentou-se ao DOI-CODI e daí não saiu vivo. Sua morte foi apresentada como suicídio por enforcamento, uma forma grosseira de encobrir a realidade: tortura, seguida de morte.” (FAUSTO, 1994:491).

começava a desinfetar seus porões. No entanto, o entendimento era de que a tarefa não estava concluída. Deveria auxiliar os países vizinhos, na época no auge da repressão. Sobretudo, precisava coibir o trânsito de subversivos pelo território. (MARIANO, 2006:8).

É diante desse cenário interno de repressão e contensão comunista somado ao Cone Sul, que partilhava dessa repressão e contensão comunista em seus países que se deu a Operação Condor. Desse modo, o Brasil se inseriu-se nessa aliança repressiva, uma vez que parte do país ainda via perigo de ataques subversivos.

3.2 Brasil na Operação Condor.

Cunha (2009)³⁴ traz que o convite para o Brasil participar da “1ª Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional” foi entregue em mãos ao general João Batista Figueiredo, o então chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI), do presidente Geisel, pelo vice-diretor da Dina e representante da Força Aérea chilena Mário Jahn. Diante do convite, Geisel deu ordens expressas a Figueiredo para que o país o atuasse apenas como observador na Reunião.

Segundo PADRÓS (2009), a participação brasileira no encontro foi um mistério, isso porque a cúpula militar do país insistia em negar qualquer participação na aliança regional. No entanto, “[...] a descoberta de uma cópia da ata de fundação do Condor, nos arquivos paraguaios, indicava que o Brasil havia participado na qualidade de país observador” (PADRÓS, 2009:60). Desse modo, coube ao jornalista Luiz Claudio Cunha descobrir quem foram os dois representantes brasileiros enviado por Geisel³⁵:

³⁴ Palestra do jornalista Luiz Cláudio Cunha no Seminário Internacional sobre a Operação Condor, ocorrido na Câmara dos Deputados, em Brasília, no dia 5 de julho de 2012, intitulada: “As Garras do Brasil na Operação Condor”. Disponível em < <http://www.viomundo.com.br/politica/luiz-claudio-cunha-as-garras-do-brasil-na-operacao-condor.html>> Acessado em 5 de fevereiro de 2015.

³⁵ Segundo o relato de Cunha (2012): “Até os documentos desclassificados da CIA, portanto, não conseguiam quebrar o anonimato planejado pela hipocrisia brasileira. Achei estranha esta lacuna e, durante dois anos, enquanto finalizava meu livro sobre a Operação Condor, procurei identificar a dupla enviada por Brasília. Não localizei documentos, mas os relatos de veteranos da ditadura e da comunidade de informações acabaram decifrando o mistério. Estes são os nomes dos brasileiros ‘observadores’ que fundaram a Condor: Flávio de Marco e Thaumaturgo Sotero Vaz”. Disponível em <<http://www.viomundo.com.br/politica/luiz-claudio-cunha-as-garras-do-brasil-na-operacao-condor.html>> Acessado em 5 de fevereiro de 2015.

De qualquer forma, os nomes dos delegados brasileiros ficaram anos encobertos pelo pó do silêncio dos protagonistas e dos documentos sonogados. Coube ao jornalista Luiz Cláudio Cunha divulgar segredo tão bem guardado. De fato, o Brasil havia sido representado pelo coronel Flávio de Marco e o major Thaumaturgo Sotero Vaz, ambos com participação destacada na campanha do Araguaia. (PADRÓS, 2009:60).

Sendo assim, Figueiredo passou as ordens do presidente aos dois representantes brasileiros, que acabaram por não assinar a ata de fundação, como fizeram os demais países participantes. De acordo com MARIANO (2006), tal fato demonstrava que a atuação brasileira não seria frequente como os demais países do Cone Sul, e sim, uma participação que deveria ocorrer de acordo com os interesses do país.

A delegação brasileira compareceu ao encontro como observadora, mas preferiu ficar incógnita, não assinou o documento. A descrição já projetava o papel que o Brasil teria na Condor: adesão com reservas, participaria eventualmente e quando interessasse. (MARIANO, 2006:20).

O Brasil não tinha muitas ideias para uma ação coletiva, mas queria preservar as ações bilaterais, caso a caso, quando ações repressivas fossem necessárias. Uma última recomendação de Figueiredo, repassando a ordem de Geisel: reduzir a participação brasileira à condição de observador, sem autorização para firmar nenhum documento. (CUNHA, 2012)

Desse modo, é possível comprovar a participação do país na Operação Condor, uma vez que o Brasil aceitou participar das fases um e dois da Operação, ou seja, no auxílio à formulação do banco de dados e na perseguição dos dissidentes dentro dos territórios dos países-membros. Tal fato pôde ser comprovado por meio de documentos oficiais, MARIANO (2006) traz ainda que em setembro de 1976, o agente do FBI (Federal Bureau of Investigation) Robert Scherrer, em mensagem enviada aos seus superiores, informou a participação do Brasil na Operação “Chile é o centro da operação, que inclui também a Argentina, a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai. O Brasil aceitou, em princípio, aportar informações [...]” (MARIANO, 2006:21). Embora existisse a cooperação e apoio técnico brasileiro, essa participação foi dada de forma cautelosa e discreta nas duas primeiras fases, se comparada a países como o Chile, a Argentina e o Uruguai. Com a terceira fase foi diferente, segundo documentos oficiais da CIA (Central Intelligence Agency)³⁶, de agosto de 1967, o país não aceitou participar da mesma.

O Brasil não participou da fase três da Operação Condor, que atacou nos Estados Unidos e na Europa. Discordava do trio linha-dura – Argentina, Chile e Uruguai -, que não admitia qualquer tipo de oposição. A ditadura brasileira agiu no varejo, em

³⁶

conexões internas. Nessa estratégia, foi implacável, buscou refugiados no Chile e na Argentina, fez espionagens conjuntas com o Paraguai. (MARIANO, 2006: 28).

Diante dessa atuação brasileira mais contida, no que tange a Operação Condor, Penna Filho (2009), em seu artigo intitulado *O Itamaraty nos anos de chumbo – O Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)*, defende a tese de que o Brasil não participou efetivamente da Condor porque a mesma não era de muito interesse ao governo brasileiro da época, isso porque no ano da criação da aliança repressiva (1975) os focos de dissidentes da ditadura no Brasil já haviam sido eliminados, sendo que aos grupos de esquerdas remanescentes restou apenas uma frágil capacidade de atuação. Além disso, no contexto regional,

[...] o fim das democracias no Uruguai, no Chile e, finalmente na Argentina, fechou o cerco ao amplo movimento de exilados entre as fronteiras desses Estados. A essa altura, os brasileiros que haviam originalmente buscado refúgio na região do Cone Sul se viram impedidos de continuar nessa área, sobretudo pela ferocidade dos regimes chileno e argentino, que foram implacáveis com qualquer tipo de pensamento de esquerda. Era necessário e urgente buscar refúgio em outras partes, seja na Europa, América do Norte ou África, muito longe, portanto, das fronteiras nacionais. (PENNA FILHO, 2009:48).

Muito embora o país tenha atuado de uma maneira aparentemente cautelosa, a colaboração com os outros países aconteceu, uma vez que o mesmo dispunha de um excelente banco de dados sobre dissidentes (o já citado CIEX), possuía equipe militar treinada e apta para atuar na perseguição dos dissidentes como já havia sido feito desde o início da ditadura brasileira, no contexto interno.

O papel do Brasil na Operação Condor, formalizada no final de 1975, não foi igual ao dos demais associados. Aderiu com reservas à multinacional do terror, agindo quando lhe era conveniente. Ajudou a formar banco de dados com os nomes dos subversivos, comunistas e marxistas. Trocou informações, fez espionagens conjuntas, deu assessoria e participou das conferências entre os setores de inteligência. Também perseguiu adversários além das fronteiras, capturando brasileiros que haviam se exilado no Chile (cinco) e na Argentina (sete). Mas recuou quando a Operação Condor decidiu agir na Europa e nos Estados Unidos. Escolheu atuação pragmática, dissimulada, de acordo com seus objetivos. (MARIANO, 2006:108).

Diante disso, comprova-se a participação do Brasil na Operação Condor, principalmente por meio das parcerias bilaterais com o Uruguai e com a Argentina. O Brasil foi conivente, bem como cooperou e auxiliou no sequestro de estrangeiros dentro do país, como no caso dos uruguaios Lilián Celiberti e Universindo Díaz, em 1978, caso esse que será analisado mais a fundo no tópico 2.3.1 do presente trabalho.

Além do caso uruguaio, que é o objeto de análise da presente monografia, destaca-se o dos seis militantes argentinos do grupo guerrilheiro denominado *Montoneros*³⁷ sequestrados no Brasil. Segundo Mariano (2006), dois dos sequestros dos *Montoneros* ocorreram no período do governo Geisel, entre 1974 e 1978, enquanto os quatro restantes ocorreram entre março e junho de 1980, já no governo do general João Batista Figueiredo. Todos os militantes do grupo foram torturados e mortos.

A ditadura militar do Brasil foi solidária e cooperativa com as vizinhas que subjugaram o Cone Sul pelo Terrorismo de Estado nas décadas de 1970 e 1980. Em conexão direta com a Argentina, permitiu a captura e o posterior traslado de seis militantes do grupo *Montoneros* dentro do território brasileiro. Eles foram apanhados no Rio de Janeiro, no Paraná e no Rio Grande do Sul, em diferentes datas, quando tentavam entrar ou sair do país. Enviados para campos de concentração na Argentina, desapareceram. Os corpos jamais foram localizados. (MARIANO, 2009:217).

2.3.1 O sequestro, em território brasileiro, dos uruguaios Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez Díaz.

A escolha do caso aqui apresentado, o do sequestro dos uruguaios Lilián Celiberti e seus dois filhos, Camilo e Francesca e do estudante Universindo Rodríguez Díaz se justifica por esse ter tido, na época, repercussão nacional e internacional, mostrando para o mundo a existência da Operação Condor, bem como pelo fato de os perseguidos terem sobrevivido ao sequestro.

O sequestro da professora uruguaia Lilián Celiberti, bem como de seus dois filhos Camilo e Francesca, e do estudante de medicina Universindo Rodríguez Díaz, em Porto Alegre – RS, em novembro de 1978, foi mais uma ação abrigada no âmbito da Condor, dentro do território brasileiro.

Celiberti e Díaz eram militantes do ilegal *Partido por la Victoria del Pueblo (PVP)*, partido esse que fazia oposição ao regime militar no Uruguai, “[...] eles integravam uma rede clandestina que recolhia informações sobre torturas nos cárceres uruguaios e as

³⁷ Os cidadãos argentinos sequestrados em questão são: Enrique Ernesto Ruggia (tríplice fronteira, 1974); Norberto Habegger (Rio de Janeiro, 1978); Horacio Domingo Campiglia e Mónica Pinus de Binstock (aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, 1980); o padre Jorge Oscar Adur e Lorenzo Ismael Viñas (estes últimos, sequestrados em Uruguaiana-Paso de Los Libres, em junho de 1980). (PADRÓS, 2009:68).

repassavam a organismos da defesa dos direitos humanos na Europa” (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, 2014:265)³⁸.

Lilián e seus dois filhos, Camilo, de oito anos, e Francesca, de três, vinham de um exílio na Itália, enquanto Universindo vinha exilado da Suécia, ambos se estabeleceram “[...] em Porto Alegre, no final da década de 1970, procurando instalar uma base de conexão do exílio uruguaio com a resistência no interior do Uruguai” (REIS, 2009:206).

Lilián Celiberti e Universindo Rodríguez aceitaram vir ao Brasil e participar dessa campanha de denúncia às violações dos direitos humanos, não só por convicção política, mas, também, por terem a intenção de viver e trabalhar em Porto Alegre, pelo menos até o final da ditadura no Uruguai. Do mesmo modo, a proximidade com Montevidéu foi fator preponderante para a decisão dos uruguaios. Lilián entrou legalmente no Brasil, mas, logo depois, adotou o nome de María, por segurança. Universindo ingressou em território nacional com passaporte falso espanhol, no qual constava o nome de Luis Piqueres de Miguel. Esse passaporte falso era um procedimento comum dos perseguidos políticos naquela época. A documentação falsa garantia mobilidade e segurança para sair do local em que se era perseguido, mas ao chegar a outro país, assumia-se a identidade verdadeira. Isso fazia parte da nova estratégia do PVP, resultante do processo de autocritica realizado em Paris. Entretanto, Lilián e Universindo não chegaram a assumir suas identidades verdadeiras em Porto Alegre devido ao inesperado desencadeamento dos fatos. (REIS, 2012:76).

Segundo REIS (2012), uma das principais funções dos dois uruguaios, na cidade de Porto Alegre, era a formulação de um dossiê, que deveria conter informações que estavam sendo coletadas pelo PVP, contendo dados referente aos companheiros sequestrados e desaparecidos na Argentina, no ano de 1976. As ações da Operação Condor, mais especificamente da Argentina e do Uruguai, eram os principais focos das denúncias efetuadas pelo PVP na Europa, uma vez que o partido tinha sido alvo dessa aliança repressiva, que até então, os dois militantes uruguaios desconheciam o nome.

Portanto, e paradoxalmente, o alvo das denúncias, apontado por Lilián e Universindo, a conexão repressiva do então desconhecido Plano Condor, seria o responsável pela ação conjunta entre Brasil- Uruguai, que determinariam a queda dos militantes. (REIS, 2012:78).

De acordo com REIS (2012), outra importante função desempenhada pelos integrantes do PVP, em Porto Alegre, era manter vínculos com os opositores do regime militar no Brasil (jornalistas, líderes sindicais, advogados, entre outros), foi diante dessa tarefa que ambos passaram a ter contato com um importante ator dessa história, o

³⁸ Comissão Nacional da Verdade. Parte II: As estruturas do Estado e as graves violações de direitos humanos Disponível em: < http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_pagina_83_a_274.pdf> Acessado em 10 de fevereiro de 2015.

jornalista da revista *Veja* no Rio Grande do Sul, Luiz Cláudio Cunha, que viria ser testemunha vital do sequestro dos uruguaios.

O sequestro foi executado, segundo PADRÓS (2009), pela parceria entre a *Compañía de Contra Informaciones* do Exército do Uruguai³⁹ que fazia parte da *Operación Zapato Roto*⁴⁰ e o delegado Pedro Seelig, do DOPS. “Dessa manobra diversionista participaram efetivamente o Estado-Maior do III Exército, o Serviço Nacional de Informação (SNI) e a Polícia Federal” (PADRÓS, 2012:75)⁴¹.

Desse modo, de acordo com CUNHA (2012), Lilián foi presa na Rodoviária de Porto Alegre, na manhã do dia 12 de novembro de 1978. Universindo foi preso no mesmo dia, algumas horas depois, junto com os dois filhos de Celiberti, quando se preparavam para ir assistir o jogo do Internacional, no estádio Beira Rio. Os quatro foram levados ao Palácio da Polícia e lá os militantes uruguaios foram torturados. Posteriormente, foram levados até a fronteira, onde as torturas continuaram. “[...] Lilián foi ameaçada pelo repressor Glauco Giannone de que poderia ser jogada nas águas do Rio da Prata, alusão explícita aos “voos da morte”, modalidade de extermínio que vinha sendo aplicada, naquele momento, na Argentina.” (PADRÓS, 2012:73). Durante os dias de cativeiro, ambos foram torturados⁴² “[...] com choques elétricos, pancadas, socos e pau de arara nas dependências do DOPS gaúcho, no segundo andar do Palácio da Polícia, o prédio na Avenida Ipiranga onde funcionava a Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul” (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, 2014:266). Assim, visando à segurança dos dois filhos, a militante pensou em uma maneira de salvá-los:

Em troca da entrega das crianças aos avós, disse aos repressores que esperava a visita de um quadro importante da sua organização em Porto Alegre. A partir dessa informação, enquanto Universindo e as crianças eram levadas a Montevideu, Lilián era trazida de volta a Porto Alegre. O objetivo era bem claro: preparar uma armadilha no seu apartamento, fato que, entretanto, acabou abortado diante da chegada imprevista do jornalista Luiz Cláudio Cunha e do fotógrafo João Batista Scalco, da sucursal da revista *Veja*, os quais foram

³⁹ “As denúncias do ex-soldado Hugo García Rivas confirmaram a participação dos seguintes oficiais uruguaios na Operación Zapato Roto: coronel Calixto de Armas, major José Bassani, major Carlos Rosel, capitão Glauco Y annone, capitão Eduardo Ferro e capitão Eduardo Ramos”. (PADRÓS, 2012:72).

⁴⁰ Segundo Padrós (2012): “O objetivo principal era prender Hugo Cores, principal liderança do PVP, escondido em São Paulo, e a quem estavam vinculados Lilián e Universindo. O hábito de Cores de usar sapatos bem gastos teria motivado o nome em código da operação.” (PADRÓS, 2012:72).

⁴¹ Os policiais gaúchos envolvidos, entre outros, foram Pedro Seelig, Orandir Portassi Lucas (mais conhecido como Didi Pedalada, ex-jogador de futebol do Internacional de Porto Alegre), João Augusto da Rosa e Janito Kepler. (PADRÓS, 2012: 72).

⁴² “As torturas foram executadas pelo capitão do Exército uruguaio Glauco Yannone, da Compañía de Contrainformaciones, com a participação da equipe brasileira do DOPS do delegado Seelig” (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, 2014:266)

alertados por uma ligação telefônica anônima de São Paulo de que alguma coisa estranha acontecia naquele endereço. Em decorrência disso, a ação foi abandonada e Lilián foi retirada do país. A denúncia dos jornalistas repercutiu imediatamente, visto a postura da seção gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil, com Omar Ferri, e do Movimento de Justiça de Direitos Humanos, com Jair Krischke. (PADRÓS, 2012:74).

De acordo com o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), Luiz Cláudio Cunha e do fotógrafo João Batista Scalco foram confundidos com os militantes do PVP, sendo rendidos e detidos, no apartamento de Lilián e mantidos junto com a mesma até a comprovação de suas identidades. Uma vez que os dois jornalistas foram liberados, o sigilo da Operação Condor ficou comprometido. Desse modo, a ação foi abortada e os militantes ⁴³ foram transportados clandestinamente ao Uruguai.

No Uruguai, ambos foram julgados como “subversivos e invasores” e acabaram condenados a cinco anos de prisão, sendo liberados em 1983. Tal fracasso garantiu a sobrevivência dos dois torturados e das duas crianças, fato esse não muito comum nas operações da Condor, uma vez que as mesmas acabavam quase sempre com a morte e o desaparecimento dos reféns.

No entanto o fracasso da operação surtiu repercussões tanto no cenário interno quanto no externo, “Embaixadas do Brasil no exterior passaram a receber mensagens de protesto e críticas pela violação dos direitos humanos no país”. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, 2014:268).

O regime brasileiro insistia, em março de 1979, em classificar como “desaparecimento” o que o Governo dos Estados Unidos, quatro meses antes, já reconhecia ser um “sequestro”. Num telegrama secreto datado de 4 de dezembro de 1978, duas semanas após a ação clandestina em Porto Alegre, o embaixador estadunidense em Montevideú, Lawrence Pezzullo, relatava ao Departamento de Estado em Washington, às embaixadas americanas em Brasília, Buenos Aires, Roma, Estocolmo e Haia e aos consulados em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre sobre o impacto internacional do sequestro: “Através dos esforços da Anistia Internacional, o caso tem recebido uma considerável publicidade na Europa”. Quatro meses depois, em 8 de março de 1979, a Divisão Central de Informações (DCI) da Secretaria de Segurança gaúcha, que fazia o enlace com a área militar, tratava do caso como o “desaparecimento de uruguaios no RGS”, em mensagem confidencial enviada à Polícia Federal, à agência local do SNI e à 2ª seção (serviço de inteligência) do Estado-Maior do III Exército, hoje Comando do Sul. (RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014:267),

⁴³ “Quanto às crianças, se não fosse a rápida intervenção da família, alertada pela imprensa, considerando a idade de ambos, possivelmente teriam se tornado “butim de guerra” desaparecimento, supressão de identidade, apropriação do corpo e da vida), como ocorreu com centenas de crianças no Rio da Prata. As crianças foram entregues aos avós, mas, durante treze dias, estiveram sequestradas no Brasil e no Uruguai, e foram usadas como reféns para exigir que a mãe colaborasse; portanto, é importante reafirmar que durante esse tempo, Francesca, de três anos, e Camilo, de sete, viveram a condição de detidos-desaparecidos”. (PADRÓS, 2009:76).

Por fim, segundo o jornalista Luiz Cláudio Cunha (2012), que vivenciou a ação bilateral em Porto Alegre, passou a investigar a Operação Condor e acabou escrevendo um livro sobre a mesma, em 2008, intitulado “Operação Condor: o Sequestro dos Uruguaios”, o fracasso das ações se deu por duas razões principais:

As crianças desordenaram a rotina de eficiência do delegado Seelig e seus agentes do DOPS. Ao contrário dos uruguaios, que roubavam os bebês de suas vítimas para entregá-los às famílias de seus algozes, a repressão brasileira não registra o desaparecimento de crianças, muito menos sua presença nas ações de busca e captura de guerrilheiros.

Os jornalistas abalaram a disciplina militar do capitão Ferro e seus parceiros da Companhia de Contrainformaciones. Ao contrário dos brasileiros, mais acostumados à insistente cobertura de uma imprensa mais incômoda sobre os excessos do regime, apesar da censura, a repressão uruguaia não concebia a presença inoportuna de jornalistas no seu local de trabalho clandestino. (CUNHA, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a presente monografia visou analisar primeiramente os principais acontecimentos da Guerra Fria, concluindo que foi no seu âmbito que ocorreram os golpes militares na América Latina. Tais golpes contaram com o apoio direto ou indireto dos norte-americanos, somado a isso, houve também a disseminação do sentimento anticomunista durante a vigência desses regimes.

Foi possível concluir que foi diante desse contexto de repressão militar e sentimento anticomunista que os países do Cone Sul uniram-se na perseguição e contenção dos dissidentes, formando a chamada Operação Condor. Através do estudo de tal Operação foi possível entender a sua dimensão, que não respeitou fronteiras nacionais, perseguindo os considerados dissidentes desde o Cone Sul até os Estados Unidos, sem contar o número de torturados, desaparecidos e mortos produzidos por ela.

Conforme foi dito no presente trabalho, a participação brasileira nessa aliança se deu de forma discreta se comparada a dos outros países-membros, uma vez que, o país já havia controlado os dissidentes internos durante os anos do Regime Militar, bem como por conta do de redemocratização implantado pelo governo Geisel. Todavia, por mais que internamente a subversão estivesse contida, o governo ainda preocupava-se com a possibilidade da entrada de subversivos externos, desse modo, a aliança com os países vizinhos ajudaria a evitar tal fato.

Assim, a participação do país na Operação Condor ocorreu. O Brasil possuía um moderno Serviço Nacional de Informações, contendo uma excelente quantidade de dados os dissidentes internos, bem como o Centro de Informação do Exterior, com vastas informações no que tange os exilados do país. Tais serviços, somados ao treinado e eficiente Departamento de Ordem e Política e Social foram fundamentais para auxiliar as atuações brasileiras no ceio da Operação Condor.

Por muitos anos o Brasil negou a participação em tal aliança, porém, através de documentos como os arquivos paraguaios, bem como documentos oficiais da CIA, foi possível comprovar a sua participação.

Além disso, por meio do caso dos uruguaios Lilián Celiberti e Universindo Díaz, foi possível comprovar tal exposição, uma vez que a parceria entre o Uruguai e o Brasil na repressão desses uruguaios, no ano de 1978, tornou-se pública por meio do envolvimento no sequestro do jornalista Luiz Claudio Cunha. Assim, a rede repressiva ficou conhecida tanto no cenário interno, quanto no cenário externo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BUENO DE LIMA, Gabriel Amado. “Voando como um Condor: A Operação Condor segundo John Dinges”. 2010.

CALCORESSI, Peter. 2011. “Política Mundial a partir de 1945”. Editora Penso – 9ª edição.

CARDOZO, Éric Tratz Hubie. 2009. “Operação Condor: A conexão repressiva entra as ditaduras militares do Cone Sul (1975-1980)”.

CASTILHO, Alessandra Beber. O golpe de 1964 e a política externa brasileira dentro do contexto repressivo. Revista NEIBA, Cadernos Argentina-Brasil. V.III, N.1, p. 57-68, 2014.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. 2011. “História da política exterior do Brasil”. Edição 4. Editora UnB.

COGGIOLA, Osvaldo - A Outra Guerra Do Fim Do Mundo As Malvinas E “Redemocratização” Da América Do Sul- Revista Aurora, Vol 5, nº 2 (2012) - Unesp Marília.

DE SOUZA, Deusa Maria. 2007. “A angústia sem fronteiras – a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos políticos do Araguaia (Brasil) e da Argentina: um estudo comparativo”.

Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. / organizadores Enrique Serra Padrós, Vânia M. Barbosa, Vanessa Albertinence Lopez, Ananda Simões Fernandes. – Porto Alegre: Corag, 2009. v. 3 ; 290 p.: il.

DOS REIS, Ramiro José. O Rio Grande do Sul e a conexão repressiva no Cone Sul: do exílio brasileiro no Uruguai ao vô rasante da Operação Condor em Porto Alegre. In: Ciências e Letras (Porto Alegre), v. 41, p. 363, 2007. <<http://www.fapa.com.br/cienciaseletras/publicacao.htm>> Acessado em 28 de dezembro de 2014.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: USP, 1994

KISSINGER, Henry. 2012. “Diplomacia”. Edição X. Editora Saraiva.

MARIANO, Nilson Cezar. Montoneros no Brasil. Terrorismo de Estado no sequestro desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUCRS, 2006.

PENNA FILHO, Pio. . O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (Ciex) e a repressão no Cone Sul (1966-1984). Revista Brasileira de Política Internacional (Impresso), v. 2/2009, p. 43-62, 2009.

PENNA FILHO, Pio. . Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEX) - O elo perdido da repressão. Acervo (Rio de Janeiro), v. 21, p. 79-92, 2008.

QUADART, Samantha Viz. 2009. "Solidariedade no exílio: os laços entre argentinos e brasileiros".

Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Parte II: As estruturas do Estado e as graves violações de direitos humanos Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_pagina_83_a_274.pdf> Acessado em 10 de fevereiro de 2015.

REIS, Ramiro José dos. Terrorismo de Estado e Operação Condor no Brasil: 30 anos do sequestro político internacional dos uruguaios em Porto Alegre. Revista História & Luta de Classes, [s. l.], v.7, p.52-57, jul./2009.

SOMBRA SARAIVA, José Flavio. 2008. "História das Relações Internacionais Contemporâneas – da sociedade internacional do século XIX à era da globalização." Editora Saraiva.

SPEKTOR, Matias – Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979) – Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 47 no.2 Brasília (2004).

VILLAÇA, M. M. . A redemocratização na América Latina. 2010. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Texto de apoio didático ao professor de História da América). < <http://anphlac.fflch.usp.br/redemocratizacao-apresentacao> >

SITES PESQUISADOS:

A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/PartidoComunista>> Acessado em 25 de janeiro de 2015.

Arquivos da Ditadura. Disponível em: <http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/linha-dura-regime-visao-presidente-geisel> Acessado em 05/11/2014

Assassinado do Estudante Edson Luís. Disponível em: <<http://www.oieduca.com.br/biblioteca/que-dia-e-hoje/morte-do-estudante-edson-luis-um-simbolo-na-causa-estudantil.html?sniveleduca=efaf>> Acessado em 28 de janeiro de 2015.

Ato Institucional Nº5. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm> Acessado em 28 de janeiro de 2015.

Central Intelligence Agency (CIA). Freedom of Information Act Eletronic Reading Room - Disponível em: <http://www.foia.cia.gov/sites/default/files/document_conversions/89801/DOC_0000345156.pdf> p.3. Acessado em 3 de fevereiro de 2015.

Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/2012-05-22-18-30-05/operacao-condor>> Acessado em 12 de julho de 2014.

Documentário: “Condor”, de Roberto Mader. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=HhTjM1dj4e8>> Acessado em 17 maio de 2014.

Documentos Revelados. Disponível em: < <http://www.documentosrevelados.com.br/>> Acessado em 15 de janeiro de 2015.

Doutrina da Segurança Nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acessado em 25 de janeiro de 2015.

Lei nº 6.683. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm> Acessado em 12 julho 2014.

Luiz Claudio Cunha: As Garras do Brasil na Operação Condor. Disponível em < <http://www.viomundo.com.br/politica/luiz-claudio-cunha-as-garras-do-brasil-na-operacao-condor.html>> Acessado em 5 de fevereiro de 2015.

Memórias Reveladas. Disponível em: < <http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=15>> Acessado em 26 de janeiro de 2015.

O Brasil na Operação Condor. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/brasil-operacao-condor-434275.shtml>> Acessado em 08/06/2014.

Série: Operação Condor. TV BRASIL. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7qX35htXVx8>>. Acessado em 20 maio de 2014.

Serviço Nacional De Informação. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htm> Acessado em 26 de janeiro de 2015.

The Avalon Project. Truman Doctrine. Disponível em < http://avalon.law.yale.edu/20th_century/trudoc.asp> Acessado em 15 de janeiro de 2015.

The George Washington University. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/>> Acessado em: 10 de janeiro de 2015.